



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE HISTÓRIA

MARIA DO CARMO RODRIGUES COSTA

***OS PROFESSORES LEIGOS E SUAS HISTÓRIAS: uma abordagem sobre a docência
na microrregião de Picos no período de 1980 a 1996***

PICOS-PI
2014

MARIA DO CARMO RODRIGUES COSTA

**OS PROFESSORES LEIGOS E SUAS HISTÓRIAS: uma abordagem sobre a docência
na microrregião de Picos no período de 1980 a 1996**

Monografia apresentada por **Maria do Carmo Rodrigues Costa** ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Como requisito parcial para a obtenção do diploma de **Graduada em História**. Elaborada sob orientação do **Professor MS. Raimundo Nonato Lima dos Santos**.

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

C837p Costa, Maria Do Carmo Rodrigues.
Os professores leigos e suas histórias: uma abordagem
sobre a docência na microrregião de picos no período de 1980 a
1996 / Maria Do Carmo Rodrigues Costa. – 2014.
CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (66f.)

Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade
Federal do Piauí, Picos, 2014.

Orientador(A): MS. Raimundo Nonato Lima dos Santos.

1. Educação. 2. História. 3. Professores Leigos. I. Título.

CDD 900

MARIA DO CARMO RODRIGUES COSTA

OS *PROFESSORES LEIGOS* E SUAS HISTÓRIAS:

Uma abordagem sobre a docência na microrregião de Picos no período de 1980 a 1996

MONOGRAFIA APRESENTADA, COMO REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO DIPLOMA DE GRADUADA EM HISTÓRIA. PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. MS. Raimundo Nonato Lima dos Santos (Orientador)
Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Agostinho Junior Holanda Coe
Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento
Universidade Federal do Piauí

Esse trabalho é dedicado aos meus pais sinônimo maior de amor incondicional e infinito, exemplo de vida, trabalho, amor e dedicação.

*Tenta perceber a tua identidade
Procura no teu íntimo a verdade
Não és apenas mais uma pessoa
Que aparece neste mundo à toa
Tenta encontrar as tuas raízes
Senão pode ser que algum dia as pises.*

(Da Weasel)

AGRADECIMENTOS

Hoje, vivo uma realidade que parece um sonho, mas foi preciso muito esforço, determinação, paciência e perseverança para chegar até aqui, mesmo sabendo que ainda não cheguei ao fim da estrada, mas há ainda uma longa jornada pela frente. Eu jamais chegaria até aqui sozinha. Minha eterna gratidão a todos aqueles que colaboraram para que este sonho pudesse ser concretizado.

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pelo seu amor infinito, sem Ele nada sou. Mesmo sem merecer, Deus tem me presenteado todos os dias, esta graduação foi um presente incrível! Ele também colocou pessoas maravilhosas na minha vida. Agradeço aos meus pais, Justo e Maria, meus maiores exemplos. Obrigada por cada incentivo e orientação, pelas orações em meu favor, pela preocupação para que estivesse sempre andando pelo caminho correto. Obrigada por estarem ao meu lado sempre! Porque vocês sempre me apoiaram para que eu não desistisse de caminhar nunca, ainda que em passos lentos, é preciso caminhar para chegar a algum lugar.

Aos meus irmãos, tios, avó e primos, a minha madrinha Socorro Fortaleza e seu esposo Hildeberto Fontes (*in memoriam*) que sempre me apoiaram e acolheram, a toda minha família que mesmo indiretamente me apoiaram e torceram por mim em todos os momentos.

Agradeço a todos os professores que passaram durante toda a minha vida escolar e acadêmica, desde aqueles das *Escolas Isoladas* em especial, Maria Francisca, Maria Barroso e Francisco Victor, pois estes são exemplos de como é possível fazer educação mesmo sem recursos. Agradeço a todos os professores do curso de História, em especial ao professor Raimundo Lima, por todo apoio, atenção e paciência que teve comigo durante toda a minha orientação, à professora Marylu Oliveira pelos constantes incentivos – vou ser eternamente grata, ao professor Gleison Monteiro pelos bons conselhos, ao professor Francisco Nascimento, professor José Lins, professor Johny Santana, professora Nilsangela Cardoso, Professora Ana Paula Cantelli e professora Marta Rocheli.

Aos meus colegas de classe, em especial a minha (*irmã gêmea siamesa*) Raniela Rauênia por ter me ajudado e apoiado em todos os momentos, pois pude encontrar em você uma verdadeira irmã e ter cada vez mais convicção da bondade de Deus, pois ter você como dupla durante esses anos foi incrível! Obrigada por todo carinho, paciência e pelos momentos em que tanto aprendemos juntas. Você é um presente de Deus! A todo o Clã do Sucesso, assim era denominado nosso grupo de seminários que era composto por mim, Raniela Rauênia, Edmar Ferreira que será sempre admirando e amado por mim, Paulo Bezerra que considero um irmão, sempre me deu bons conselhos, Sivanilson Araújo que tenho uma consideração imensa, Adson Ramon e João Neto que também considero muito. Não poderia deixar de citar meu amigo José Paulo e minhas queridas Mirian Rocha, Railani Santos, Ana Priscila, Lívia, Lucimar, Andréia e Claudina, enfim toda a minha turma, pois sempre tivemos uma boa convivência.

Aos meus amigos, em especial Martim Júnior, Francisca e seu Martim (*in memorian*), Alyne Rayanne (*irmã*), Francisca Maria (*irmã*), Cristiane Soares, porque mesmo quando distantes, estavam presentes em minha vida, Kaliny, Francinete, Janilsa, Eliete, Marciela, Vânia, Jurandir, Marinha e Justino, Ledinha e família que sempre cuidara de mim. Não teria como citar todas as pessoas importantes na minha vida, mas sei que cada um dos meus amigos sabem a importância que tem na minha. Obrigada, meus amigos, por todo apoio e cumplicidade. Essa conquista eu compartilho com vocês com muita alegria, pois vocês participaram tão de perto de cada coisa que tenho vivido vocês são parte dessa vitória!

Obrigada a todos que, mesmo não estando citados aqui, tanto contribuíram para a conclusão desta etapa e para a Maria do Carmo que sou hoje.

RESUMO

O estudo discute a educação escolar piauiense a partir da memória e história de *professores leigos* das localidades de *Prença* e *Juá*, no período de 1980 a 1996 que neste recorte temporal faziam parte da cidade de Picos. Aborda os principais acontecimentos envolvidos na história da educação brasileira, procurando compreender o processo que levou a educação em algumas regiões do Piauí a ocorrer longe das escolas formais e ser realizada por *docentes leigos em escolas isoladas*. A pesquisa fundamenta-se em amplo estudo bibliográfico e em fontes orais, por meio de entrevistas com professores leigos que participaram da história educacional no Piauí. O trabalho apontou a continuidade de muitos problemas referentes a educação escolar no Piauí que ocorriam desde o período colonial brasileiro.

Palavras-chave: Educação. História. Professores Leigos. Picos. Prença e Juá.

ABSTRACT

The study discusses the piauiense education from the memory and history of the towns of lay teachers Prença and Jua, in the period 1980-1996 in this time frame were part of the Picos. Discusses the main events involved in the history of Brazilian education, seeking to understand the process that led to education in some regions of Piauí to occur away from the formal schools and be performed by lay teachers in isolated schools. The research is based on extensive literature research and oral sources, through interviews with lay teachers who participated in the educational history in Piauí. This work indicates the continuity of many problems related to school education in Piauí occurring from the Brazilian colonial period.

Keywords: Education. History. Lay Teachers. Peaks. Prença and Jua.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. A CONSTRUÇÃO DO ENSINO FORMAL E INFORMAL NO PIAUÍ.....	15
1.1 A Educação brasileira no período Colonial: A atuação dos Jesuítas, de Pombal e de D. João VI.....	15
1.2 A Educação no Império.....	18
1.3 Breve abordagem sobre o Ensino no Brasil Republicano.....	20
1.4 Um esboço da educação no Piauí.....	24
2. OS PROFESSORES LEIGOS E SUAS HISTÓRIAS: uma abordagem sobre a docência na microrregião de Picos no período de 1980 a 1996.....	30
2.1 História e Memória.....	30
2.2 A História Oral e as fontes documentais.....	33
2.3 Os <i>Professores Leigos</i> da microrregião de Picos: histórias sobre docência de 1980 a 1996.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54
ANEXOS.....	57

INTRODUÇÃO

Ao se estudar a História do Piauí percebe-se inúmeras lacunas que podem ser preenchidas. É um vazio que se encontra nos livros didáticos e que o historiador deve sentir a necessidade de completar.

Inúmeros temas apresentam-se significantes para a História piauiense, onde destacamos os fatos ligados à educação, em especial a educação leiga que ocorreu no Estado por meio da atuação de homens e mulheres com pouca instrução, mas que com força de vontade exercitaram o magistério e contribuíram e alfabetizaram muitas crianças nas localidades mais isoladas do Piauí, como *Juá* e *Prença* que nos anos de 1980 a 1996 constituíam-se em localidades de Picos.

Na tentativa de encontrar um tema pertinente a História do Piauí e que contribuísse para o conhecimento histórico do Estado, apresentando valor significativo para futuros estudos, foi que ao observarmos a realidade que nos cercava e nossa história de vida, decidimos por nos debruçar sobre a educação piauiense nas recentes décadas de 1980 e 1990.

A educação escolar brasileira sofreu várias rupturas ao longo de sua história. A mesma começou a ser empreendida quando o Brasil era colônia de Portugal e foi monopolizada pelos jesuítas. No período Imperial torna-se obrigação do Estado e após a Proclamação da República em nosso país ganha respaldo de formar o cidadão consciente, apto a exercer o voto. É nesse período (século XX) marcado por governos populares e ditaduras que a educação oscila entre obrigação e não obrigação do Estado. É nesse período que a visão de uma educação apta a formar profissionais para fazer crescer o país economicamente surge. É a época da violenta Ditadura Civil-Militar que faz com que a educação seja ineficiente e que, também, estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. É a época da volta à democracia, da dificuldade financeira, de uma nova Constituição Brasileira e de diferentes projetos educacionais. Este é o Brasil Colônia, Império e República e, nosso maior interesse em torno do mesmo, a educação.

Sabendo que os povoados *Prença* e *Juá* ficam localizadas no Piauí – estado formado a partir da implantação das fazendas de gado, bem como pela expansão das plantações de cana-de-açúcar – percebemos, por meio da pesquisa, que desde cedo a criança passava a trabalhar com o gado, ou nas roças de seu pai. Portanto, ir à escola não era uma opção, apenas os filhos dos mais abastados fazendeiros frequentavam a mesma e, somente os meninos. As meninas aprendiam o *ofício de esposa*, isto é, prendas domésticas como costurar, bordar e fazer comida.

O tempo passou. Assim, como os outros estados brasileiros a industrialização chegou ao Piauí, por volta de 1950, promovendo uma maior demanda por mão de obra qualificada e, conseqüentemente, pelo aumento da escolarização.

A cidade de Picos cresceu, a população aumentou – por volta de 1980, quando começa nosso recorte temporal, ela já ultrapassava 33 mil habitantes – os habitantes da cidade precisavam de educação escolar e encontraram na zona urbana. Porém, aquelas crianças/jovens que viviam afastados, longe da cidade, no chamado *interior* (zona rural), seus pais também sonhavam vê-los alfabetizados, mas não encontravam escolas em suas localidades e nem meios de mandá-los estudar na cidade (zona urbana). É neste contexto que surgem os *professores leigos* nessas localidades. Ou seja, pessoas de pouca instrução, mas que encontraram meios alternativos de ensinar. Em suas casas ministravam aulas, com todas as dificuldades encontradas e com toda simplicidade que possuíam promoveram a alfabetização de crianças que estavam longe da escola, com estrutura física adequada, mas que encontravam as *casas-escolas*, a casa do seu professor e sua escola. A Prefeitura Municipal de Picos pouco ajudava e aos professores pagava um salário quase que simplesmente simbólico. Os alunos tinham que se contentar com poucas carteiras, pouca merenda, pouca escolaridade dos professores, que somente possibilitavam o aprendizado das *primeiras letras*.

Foi a história de vida dos *professores leigos* de *Juá e Prença*, na época localidades de Picos, hoje pertencentes à cidade de Aroeiras do Itaim, e as dificuldades enfrentadas pelos mesmos para exercerem o ministério que levou-nos a construção deste trabalho.

Para o efetivo desenvolvimento deste estudo, primeiramente utilizou-se livros que abordam a educação e seu processo histórico. Portanto, nosso trabalho apoia-se na pesquisa bibliográfica, pois a mesma viabiliza um maior esclarecimento a respeito do tema em análise e, assim, podemos entrar em contato com os mais variados livros que tratavam sobre a educação. Dentre estes livros podemos citar História da Educação Brasileira de Paulo Ghiraldelli Jr (2009) que foi significativa em nossa discussão acerca das diversas fases que a educação brasileira passou.

Para o entendimento da educação no Piauí como um todo e em Picos, especificamente, as leituras de Alcebíades Costa Filho (2006) *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*, e Maria Alveni Barros Vieira (2005) *Educação e Sociedade Picoense: 1850 a 1930* foram de fundamental importância para este estudo.

A questão principal deste estudo diz respeito à história dos *docentes leigos* que atuaram no *interior* (zona rural) da cidade de Picos nos anos de 1980 a 1996. Para contarmos suas histórias de vida recorreremos à História Oral cujos sujeitos usam de suas próprias palavras

para contar suas vivências. Por meio das entrevistas os personagens dessa história doaram-se completamente e, assim, trabalhamos com memória e história. Fontes documentais também serviram ao nosso estudo, por meio dos personagens de nossa história tivemos acesso à carteira de trabalho assinada na época e boletins, bem como declarações escolares.

A pesquisa foi estruturada em dois capítulos. O primeiro, **“A construção do Ensino Formal e Informal no Piauí”** apresenta uma discussão sobre o processo educacional brasileiro desde sua origem no Brasil colonial, passando pelo o Império até chegar à República, destacando seus personagens e trazendo um olhar especial sobre a educação no Piauí.

O segundo capítulo **“Os Professores Leigos e suas Histórias: uma abordagem sobre a docência na microrregião de Picos no período de 1980 a 1996”** vem a apresentar as histórias dos professores leigos de *Juá e Prença*, procurando mostrar a forma como eles desenvolviam seu trabalho, sua realidade e as possibilidades de atuação que lhes eram dadas.

Capítulo 1

A CONSTRUÇÃO DO ENSINO FORMAL E INFORMAL NO PIAUÍ

Este capítulo procura abordar o processo educacional brasileiro desde suas origens no período colonial, quando o Brasil era colônia de Portugal, e que compreende aos anos de 1500 a 1822, passando pelo Império, quando da Proclamação de sua Independência, até o advento da República no século XX, momento em que o Brasil deixa para traz o regime monárquico e adota uma nova forma de governo.

O objetivo maior de nosso trabalho é estudar a construção, tanto do ensino formal quanto informal em terras piauienses, à medida que também procura contextualizar o Piauí nas fases históricas pelas quais o Brasil passou.

1.1 A Educação brasileira no período Colonial: A atuação dos Jesuítas, de Pombal e de D. João VI

O Brasil inicia o seu processo educacional formal muito tardiamente, quase cinquenta anos depois da chegada dos portugueses a suas terras. Uma educação imposta por Portugal e executada pelos padres jesuítas, que chegaram ao solo brasileiro com a missão de catequizar e educar.

Assim, o período colonial, conforme Ghiraldelli Jr. (2009) apresenta três períodos distintos de educação, o primeiro refere-se à predominância dos jesuítas, o segundo relaciona-se às mudanças empreendidas pelo Marquês de Pombal, sobretudo quando da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal. Já o terceiro momento é o da chegada da Corte portuguesa ao Brasil trazida por D. João VI, na época era rei de Portugal, esse período corresponde aos anos de 1808 a 1821.

Ainda conforme Ghiraldelli Jr. (2009) o marco pioneiro da educação institucional no Brasil só ocorreu quase cinquenta anos após os portugueses aportarem em solo brasileiro. O Brasil ficou sob o regime de Capitânicas Hereditárias de 1532 até 1549, quando então D. João III criou o Governo Geral e, na primeira administração deste, com Tomé de Souza, aportaram aqui o Padre Manoel de Nóbrega e dois outros jesuítas que iniciaram a instrução e a catequese dos indígenas. Mais tarde, mais jesuítas vieram ajudar e complementar os esforços de Nóbrega.

O padre Manoel de Nóbrega havia se formado na universidade de Salamanca, Espanha, e três anos após sua formação optou pela Companhia de Jesus, era o ano de 1544.

Conforme Ghiraldelli Jr. (2009), Manoel de Nóbrega esteve na Bahia e em 1552 saiu da mesma com destino a São Paulo, onde fundou na aldeia de Piratininga o Colégio de São Paulo. Ainda, conforme Ghiraldelli Jr. (2009), o trabalho de Manoel de Nóbrega como educador foi pioneiro à medida que o mesmo fundou a instrução, bem como a catequese dos indígenas, abrindo caminho para que outros jesuítas viessem para o Brasil e atuassem junto aos seus projetos educacionais. Desse modo, “uma vez aqui, os jesuítas começaram a pensar em formar outros padres a partir da população local. Desenvolveram as escolas de ordenação e, graças a elas, alguma instrução chegou até aos filhos dos colonos brancos e aos mestiços” (GHIRALDELLI JR, 2009, p. 25).

Ainda de acordo com Ghiraldelli Jr. (2009) Manoel de Nóbrega via o plano de ensino estruturado por ele para o Brasil como sua missão, tal plano consistia em se repassar o ensino português, a doutrina cristã e a escolar de ler e escrever. Depois de aprender esta fase o aluno destinava-se ao estudo de música instrumental e do canto orfeônico. Após o término desta etapa havia a possibilidade do aluno terminar seus estudos com o aprendizado profissional relacionado à agricultura, ou se fosse sua opção poderia aprofundar seus estudos com aulas de gramática e, assim, ir para a Europa, onde completaria sua formação.

A História da Educação Escolar Brasileira não é uma história difícil de ser estudada e compreendida. Ela “evolui” em rupturas marcantes e fáceis de serem observadas. A primeira grande ruptura travou-se com a chegada dos portugueses ao território do Novo Mundo, depois os Jesuítas chegaram aqui e, não trouxeram apenas a moral, os costumes e a religiosidade dos europeus, trouxeram, contudo, os métodos pedagógicos. Esses métodos “funcionaram” até quando o Marquês de Pombal expulsou os Jesuítas em 1759, marcando assim uma nova ruptura na história da educação no Brasil. Com a expulsão dos jesuítas do Brasil surge um novo tipo de ensino no país, que pode ser chamado de ensino público, sustentado pelo Estado e voltado para a cidadania, logo depois à vinda da família real para o Brasil que trouxe mudanças para o ensino e provocou uma nova ruptura na história da educação brasileira. No entanto, faz-se necessário ressaltar que, mesmo em meio às rupturas provocadas na educação brasileira, ora pela chegada dos portugueses em suas terras, ora pela vinda dos jesuítas e depois por sua expulsão do Brasil e a mudança da família real de Portugal para a colônia brasileira, embora tenham acarretado mudanças no sistema de ensino, o modelo educacional jesuítico, fundamentado no *Ratio Studiorum*, continuou e ainda está presente na educação brasileira.

Não podemos deixar de reconhecer que os portugueses trouxeram um padrão de educação próprio da Europa, o que não quer dizer que as populações que por aqui viviam já

não possuíam características próprias de se fazer educação. Assim convém ressaltar que a educação era praticada entre as populações indígenas, mas não tinha as marcas repressivas do modelo educacional europeu. De acordo com Romanelli (2010, p. 21):

O que em verdade ocorreu foi uma transferência pura e simples dos padrões culturais europeus para as terras das Américas. A cultura indígena foi praticamente aniquilada e a transferência desses padrões se fez mais ou menos na base de um transplante, na expressão de Nelson Werneck Sodré, expressão que nos afigura adequada, tanto mais quanto sabemos que se trata de enxertar uma espécie de corpo estranho em um meio que não era ao menos semelhante ao da origem [...] que a cultura não é independente das circunstâncias em que foi gerada e que ela tem, nessas circunstâncias criadoras, sua razão de ser.

A educação no período colonial era, assim, imposta por Portugal e exercida pelos jesuítas que tinham como missão, não somente educar, mas catequizar. O ensino empreendido pelos mesmos não se estendia a população como um todo, mas somente para os filhos de grandes proprietários de terras. De acordo com Romanelli (2010, *apud* Alves 2011), essa educação era restrita, ainda, pelo o fato de que o filho primogênito do proprietário de terras era excluído da mesma, visto que era escolhido para a perpetuação dos negócios da família, sendo que futuramente herdaria o lugar do pai. Dessa maneira, Romanelli ressalta ainda que a sociedade da época era patriarcal e que na mesma as filhas não poderiam aproveitar-se da educação, posto que, destinavam-se aos afazeres domésticos, no intuito de tornarem-se uma esposa amoldada.

É inegável que os jesuítas praticamente monopolizaram a educação brasileira por algo em torno de duzentos anos, um tempo considerado longo, onde os mesmos fundaram vários colégios, os quais tinham como pretensão à formação de religiosos, como o mesmo oferecia o único colégio existente, muitos membros da elite colonial, filhos de grandes proprietários de terras tornaram-se padres, mesmo sem quererem o ser.

Corroborando Ghiraldelli Jr. (2009, p. 25) que:

A pedagogia aplicada nesses colégios evoluiu do plano de Nóbrega para a adoção do sistema do *Ratio Studiorum*, o plano de estudos da Companhia de Jesus. [...] O objetivo dessa Ordem era o de “formação integral do homem cristão”, de acordo com a fé e a cultura daquele tempo. Esse plano de estudos articulava um curso básico de humanidades com um de filosofia seguido por um de teologia. A formação culminava com uma viagem de finalização de estudos na Europa. Sob os jesuítas, na prática, o que ocorreu foi que o ensino das primeiras letras ficou sob o encargo das famílias, na sua maior parte. As famílias mais ricas optaram ou por pagar a um preceptor ou por colocar o ensino de suas crianças sob os auspícios de um parente mais letrado, de modo que os estabelecimentos dos jesuítas, quanto ao atendimento dos brancos e não muito pobres, se especializaram menos na educação infantil que na educação de jovens já basicamente instruídos. Os colégios jesuítas tiveram grande influência sobre a sociedade e sobre a elite

brasileira. Não foram muitos, diante das necessidades da população. Todavia, foram suficientes para gerar uma relação de respeito entre os que eram os donos das terras e os que eram donos das almas. [...]

Ressalta-se, assim, o Sistema *Ratio Studiorum*, já mencionado anteriormente, e que permanece presente na educação brasileira, o mesmo configurava-se no plano de estudo da Companhia de Jesus e articulava cursos básicos, sendo que o ensino das primeiras letras, em sua maior parte, foi responsabilidade da família. Assim, o ensino monopolizado pelos jesuítas influenciou bastante a sociedade brasileira e gerou uma relação de respeito entre os mesmos.

1.2 A Educação no Império

Após período de ensino, monopolizado pelos jesuítas, o que se via em terras brasileiras era um verdadeiro caos na educação escolar. Tentaram-se vários métodos de ensino, como “aulas régias,” que eram aulas avulsas de latim, grego, filosofia e retórica e subsídios literários, mesmo assim o caos continuou até a chegada da família real portuguesa que transferiu seu reino fugindo de Napoleão na Europa, após não cumprir a imposição do Bloqueio Continental pela França e continuar a comercializar com a Inglaterra.

Ao mudar-se D. João VI e a família real para o Brasil, o Rio de Janeiro passa a ser a sede do governo português. Mas, mesmo com a chegada da família real em solo brasileiro, não se conseguiu implantar um sistema educacional escolar eficaz. Para preparar sua estadia no Brasil, D. João VI abriu academias militares, escolas de direito e medicina e a biblioteca real, o Jardim Botânico e, sua iniciativa mais marcante em termos de mudança, a Imprensa Régia. No entanto, a educação escolar continuou tendo uma importância secundária, tendo em vista que enquanto o Brasil continuava se arrastando na educação outras colônias espanholas já contavam com Universidades.

Conforme Ghiraldelli Jr. (2009) o ensino durante o império instituiu-se em três níveis, sendo eles: o Primário, o Secundário e o Superior. Basicamente o ensino Primário constituía-se da escola de ler e escrever, este passou a ser incentivado pela Corte que aumentou o número de disciplinas que o compunha. Já o Secundário permaneceu com o esquema de aulas régias, apenas ganhando uma divisão de disciplinas.

Em 1821 a família real retorna a Portugal e no ano seguinte D. Pedro I proclama a Independência do Brasil. Após a proclamação da Independência, do surgimento da Monarquia Constitucional e da infiltração dos ideais liberais, a educação escolar brasileira passa a ser

compreendida como um direito do cidadão, bem como um dever do Estado. Dessa forma, explica Carvalho (1972, apud PERES, 2006, p. 1) que:

Tornava-se necessário dotar o país com um sistema escolar de ensino que correspondesse satisfatoriamente às exigências da nova ordem política, habilitando o povo para o exercício do voto, para o cumprimento dos mandatos eleitorais, enfim, para assumir plenamente as responsabilidades que o novo regime lhe atribuía. Esta aspiração liberal, embora não consignada explicitamente na letra da lei, conquistou os espíritos esclarecidos e converteu-se na motivação principal dos grandes projetos de reforma do ensino no decorrer do Império.

Assim, as características liberais da educação brasileira no período imperial fizeram com que a mesma se inserisse no quadro histórico de Educação Pública como educação nacional. Mas, para Ghiraldelli Jr. (2009) esta educação nacional almejada no período imperial era desorganizada, visto que o *método lancasteriano* de ensino foi adotado, conforme estipulava a Lei de Outubro de 1827. Este método de ensino monitorial ou mútuo, teve suas origens na Índia e foi recriado na Inglaterra em 1798 por Joseph Lancaster devido à falta de recursos que o país apresentava – este método conseguiu certo êxito em terras inglesas. No Brasil imperial o *método lancasteriano* atuou de modo que os alunos mais adiantados ajudassem aqueles menos adiantados.

Os alunos menos adiantados ficavam sob o comando de alunos monitores, e estes, por sua vez, eram chefiados por um inspetor de alunos (não necessariamente alguém com qualquer experiência com magistério) que se mantinha em contato com o professor. Tal situação revelava, então, o número insuficiente de professores e de escolas e, é claro, a falta de uma organização mínima para a educação nacional. (GHIRALDELLI JR, 2009, p. 29).

Desse modo, a educação no Império passou por um período em que os alunos ensinavam a outros alunos, dependendo do grau de aprendizagem dos mesmos. Para Ghiraldelli Jr. (2009) essa estrutura de ensino vem mostrar a fragilidade do sistema educacional brasileiro e a falta de organização pretendida pela a educação nacional.

A economia cafeeira deu ao Brasil novo rumo e, assim, o Império se consolidou de fato em 1850, pois este foi também um momento em que as divisões internas entre os liberais e conservadores¹, grupos políticos de ideias diferentes em relação ao modo de se governar o país, abrandaram.

¹ Os Conservadores pregavam um sistema político onde as autoridades governamentais deviam agir imparcialmente garantindo a liberdade de todos os cidadãos e tinha como bandeira a manutenção da dominação política das elites escravocratas rurais, já os Liberais desejavam a liberação das províncias com um governo parlamentar mais apropriado, assim, sua ideologia propunha a defesa dos interesses

De acordo com Zichia (2008) no ano de 1854, foi instituído o Decreto-Lei nº 1331 A, no intuito de observar, bem como fiscalizar o ensino público, não somente o gratuito, mas, também, o particular. O mesmo propunha, ainda, a regulamentação do ensino. Nesse momento, percebe-se um interesse do poder público em oferecer a educação universal, porém a população não demonstrava condições de frequentar a escola, bem como não mostrava a intenção.

Para Ghilradelli Jr. (2009) o ensino na época do Brasil Império apresentava duas características básicas, sendo que uma era a estrutura institucional de ensino, que não apresentava ligações concretizadas com o mundo objetivo e a outra era que a educação voltava-se principalmente para os jovens do que para as crianças.

Outra característica desse período diz respeito ao ensino Superior, onde os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda destacavam-se em relação à qualidade, e quanto aos cursos de medicina, os interessados em cursá-los, deveriam procurar os cursos na Bahia e Rio de Janeiro.

O Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, deve também ser mencionado nesse contexto já que a instituição do mesmo serviu de modelo para o ensino Secundário em todo o Brasil, embora não tenha conseguido se estabelecer como tal, à medida que se efetivou como instituição preparatória para o ensino Superior.

O fato é que o Império construiu em si uma educação talhada nos moldes de sistemas de exames e bem menos um projeto educacional público e deixou traços tão profundos que perduraram pela Primeira República e, ainda, se fazem sentir nos dias atuais.

1.3 Breve abordagem sobre o Ensino no Brasil Republicano

Definida como governo do povo, a República foi o sistema de governo adotado no Brasil no ano de 1889, mais precisamente em 15 de novembro do referido ano, foi proclamada pelo Marechal Deodoro da Fonseca após uma série de acontecimentos que levaram ao fim da monarquia e iniciaram um novo período da História², mas que manteve consigo velhos problemas, entre eles o acesso à educação mostrava-se como uma questão a ser debatida.

dos senhores rurais e das camadas médias urbanas sem compromissos diretos com a escravidão. Portanto, possuíam ideias políticas bastante distintas, bem como ideias econômicas.

2 A Proclamação da República no Brasil ocorreu através de um golpe militar, apoiado por diversos setores da sociedade brasileira, ligados à economia cafeeira e que se mostravam descontentes com a política econômica de D. Pedro II no Brasil Império.

Para Ghiraldelli Jr. (2009) já no fim do Império se esboçava certa urbanização, que continuou a ser observada quando do início da República. Assim, os grupos envolvidos na Proclamação de República, bem como na sua idealização e construção eram de setores sociais urbanos e que valorizavam o trabalho que necessitava de certo grau de escolarização em detrimento do trabalho braçal. Como a ascensão da República em solo brasileiro propiciava um clima de inovação política, os intelectuais, sentindo a motivação de tal acontecimento, passaram a discutir a necessidade de se abrirem escolas na jovem República brasileira.

Oliveira *et al* (2012) acredita que na Primeira República surge a preocupação com a instrução do povo, no intuito de formá-lo como cidadão, já que para ele exercer sua cidadania precisava saber ler e escrever. Conforme Oliveira *et al* (2012, p.3):

Coube à educação esclarecer à população, seus direitos e deveres, assim como o direito ao voto. A educação, portanto, neste período era o instrumento de ascensão social do indivíduo que vivia a margem da sociedade, mas também foi o instrumento de busca de ascensão do poder da burguesia. Esse fenômeno que começou a usar a educação como instrumento de “conscientização” e da busca em formar o “cidadão votante” foi caracterizado por Jorge Nagle de entusiasmo pela educação.

Este *entusiasmo pela educação* mencionado por Oliveira *et al* (2012) é também possível de ser observado no estudo de Ghiraldelli Jr. (2009) que explica ser o mesmo um movimento marcado pela solicitação da abertura de escolas.

O *entusiasmo pela educação*, no entanto, não foi o único movimento a existir em torno da questão educacional nos primeiros anos da República no Brasil, ele dividiu espaço com o *otimismo pedagógico*, os quais revezaram no debate de ideias a respeito da abertura de escolas e, também, o aprimoramento das mesmas.

A respeito do *entusiasmo pela educação*, discorre Oliveira *et al* (2012, p.4):

[...] com o surgimento de movimentos ideológicos no Brasil, o entusiasmo pela educação começa a ganhar forças. No período do entusiasmo pela educação a escola é posta como instrumento de participação política, isto é, pensava-se a escola com uma função explicitamente política. O uso da palavra se refaz, gradativamente, na luta pela hegemonia da burguesia urbana – industrial.

Já o *otimismo pedagógico* apresentava em si entusiasmo e acreditava que a educação tinha poder, porém defendia que não era qualquer tipo de educação e sim a nova pedagogia para a formação do novo homem. Assim, o *otimismo pedagógico* viria a expressar a urgência do técnico no profissional de educação, desse modo, “opera a tecnificação do campo educacional pela despolitização deste” (ZAPPAROLI, 2005, p.6). É a substituição do modelo político na educação, pelo pedagógico.

Quanto à atuação do Governo Federal em relação à educação na Primeira República, este teve, somente a tomada de medidas dispersas, como a Reforma Benjamim Constant, no ano de 1891 que foi dirigida ao ensino do Distrito Federal, esta reforma reorganizou os ensinos Primário, Secundário e a Escola Normal. Já no ano de 1911 as escolas passaram a ter total liberdade, a mesma permitia que a presença às aulas fosse facultativa e o ensino foi desoficializado, porém em 1915 o ensino tornou a se oficializar, sendo o Colégio Pedro II reformado e o acesso às escolas superiores foi regulamentado.

Nos quarenta anos em que a Primeira República vigorou a questão do ensino foi debatida e passou por mudanças. Em 1930 o Brasil passa a ter Getúlio Vargas como presidente, é o fim da *República do Café-com-Leite*. Nesse período o Brasil avançou no sentido de industrializar-se. Segundo Ghiraldelli Jr. (2009) foi nesse período, quando o Brasil tornou-se mais urbano, que seu povo passou a desejar ver seus filhos longe do árduo trabalho braçal e fora da zona rural. Vargas era um governante populista e, assim, não ficou distante das aspirações de seu povo. Quanto à educação, quando era chefe do Governo Provisório instituiu um plano de reconstrução nacional que pretendia difundir o ensino público, sobretudo, o técnico profissional. Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública. Francisco Campos, que ocupou o Ministério soube escrever seu nome na História da educação, à medida que criou o Conselho Nacional de Educação, organizou o ensino Superior no Brasil e organizou também o ensino Secundário.

A questão da educação passaria por diversos momentos ao decorrer dos anos 30, onde surgiram diversas reflexões pedagógicas, e sofreria influência, acima de tudo do ideário liberal.

Segundo Ghiraldelli Jr. (2009, p. 55):

O ideário liberal em educação caracterizou-se por quatro aspectos: a igualdade de oportunidades e democratização da sociedade via escola; a noção de escola ativa [...]; a distribuição hierárquica dos jovens no mercado de trabalho por meio de uma hierarquia de competências e não por outro mecanismo qualquer; e, por fim, a proposta da escola como posto de assistência social.

O ideário liberal pregava os princípios observados acima, mas convém explicar que o mesmo não defendia ou acreditava, de forma alguma, que era papel da escola causar uma revolução na sociedade.

Pela Constituição de 1934 o ideário liberal se fez presente, onde a educação ganhou status de democrática, geral, leiga e gratuita, além de humana. Onde se defendia que a

educação deveria apresentar-se em iguais oportunidades para todos os brasileiros e servir para formar o homem integralmente.

O Estado Novo³ e a Constituição de 1937 tiraram a obrigação do Estado de garantir e expandir o ensino público. A Carta Constitucional de 1937 deixava claro que o Estado Novo não iria custear os recursos públicos vindos por meio de impostos para democratizar as oportunidades de educação para os brasileiros.

Porém, Vargas era “o pai dos pobres” e não deixaria jamais de consolá-los ou estender-lhes a mão, pois o povo era figura essencial em sua política populista. Nesse sentido, as Leis Orgânicas, conhecidas como Reforma Capanema, vieram a tratar da educação, de modo que, criou-se o Instituto Nacional Pedagógico (INEP) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), entre outros, que compuseram o sistema educacional brasileiro.

Durante o Estado Novo o sistema público de ensino oferecia para os alunos de classe mais abastada um percurso educacional diferente do que era oferecido às crianças mais pobres.

Terminado o Estado Novo e a Era Vargas podem-se mencionar os “governos populares” de Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros e João Goulart, onde a educação continuou a gerar debates e infligir conflitos entre os adeptos da educação pública e os defensores do ensino privado, houve tentativas de se formular as Leis de Diretrizes e Bases da Educação.

Após os governos populares o Brasil passou a conviver com a Ditadura Militar e a educação moldou-se, neste período (1964-1985), às aspirações de seus governos ditatoriais. Os presidentes militares comprometeram a educação pública, com a ineficiência e a falta de direção que ela apresentou neste período e que perdurariam nas próximas duas décadas que seguiram estes governos. Desse modo, durante os governos militares muitos professores foram perseguidos por defenderem sua ideologia. O caráter antidemocrático do regime se fez, assim, presente na educação. Foi no ano de 1971 – em meio ao momento mais cruel da ditadura, onde aqueles que se mostravam contra o regime eram silenciados – que a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* foi instituída. Sua principal característica era dar à formação educacional cunho profissionalizante, pois, desse modo, o ensino viria a contribuir para o

³ Momento da chamada Era Vargas, onde o presidente Getúlio Vargas assume ares de Ditador e passa a governar o Brasil de forma autoritária, no período de 1937 a 1945.

crescimento da produção brasileira. De fato, problemas com a educação existiram em todos os períodos da história brasileira e não obstante ainda existem e se fazem sentir nos dias de hoje.

1.4 Um esboço da educação no Piauí

Se em outras regiões do Brasil, os Jesuítas se destacaram na educação, não podemos dizer que eles fizeram grandes coisas em relação à educação piauiense. Podemos observar através de leituras, que eles deixaram um grande legado na educação brasileira, no entanto, não deram uma contribuição muito expressiva em terras piauienses, ou seja, não se dedicaram tanto quanto em outras regiões do Brasil, visto que se dedicaram mais a pecuária do que a educação. Reis (2010, p.3) assim avalia a presença dos Jesuítas no Piauí:

Os jesuítas, que já haviam pisado em terras piauienses na busca de novos cristãos, fixaram residência nessa região muito tardiamente, em 1711, aí permanecendo por 48 anos até sua expulsão de todo território brasileiro por ordem do Marquês de Pombal, em 1759. Se em outros cantos do Brasil sua ação educadora mereceu relevo, no Piauí, eles se dedicaram à pecuária, uma vez que vieram tocados pelo motivo maior de administrar as fazendas de gado deixadas em testamento por Mafrense para a Companhia de Jesus e não de propagar o ensino.

O historiador Alcebíades Costa Filho (2006) vai enfatizar ainda mais a questão da deficitária atuação jesuítica no Piauí por meio da citação de um documento da *Sociedade Auxiliadora de Instrução do Piauí*. Os membros desta instituição foram enfáticos ao afirmar que

Enquanto em todo o Brasil tudo se deve à heroicidade dos jesuítas, estes, no Piauí, sobreviveram a cizânia, acirravam ódios entre índios e colonos e destes entre si, e jamais pretenderam imitar seus irmãos do sul, na faina gloriosa de instruir o povo, inventando mil processos para a educação dos legítimos donos da América Portuguesa e os ávidos colonos que nella penetravam (sic) (SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO, 1922 In: COSTA FILHO, 2006, p. 74).

Ainda conforme Costa Filho (2006, p. 73) a história da educação no Piauí muito tem haver com o processo de colonização do território brasileiro moldado pelo governo português.

Com base nos estudos realizados para a construção do presente texto, pode-se afirmar que a questão do ensino no Brasil está relacionada ao processo de povoamento colonial do território, quando teve início o repovoamento da área de conformidade com o modelo de colonização portuguesa. Esse aspecto é de grande importância na história da educação; primeiro porque os colonizadores transplantaram para a região as instituições, sistemas e instrumentos sociais dentre os quais se achava o sistema de ensino.

O ensino começa de forma lenta a fazer parte da vida dos brasileiros, ou seja, de uma pequena minoria de brasileiros, embora de forma precária, sem muitos recursos, ou melhor, enfatizando sem recurso algum o ensino vai sendo repassado.

No entanto, esse ensino só era repassado para os grandes proprietários de terras, melhor dizendo para os filhos dos mesmos. A educação brasileira estruturava-se apenas para os grandes proprietários. Dentro da organização social consistia a predominância de uma minoria de donos de terra e senhores de engenho, sobre um contingente de agregados e escravos. A educação escolar era, assim, garantida apenas para a classe abastada da sociedade, e mesmo assim, em um número pequeno, pois estavam excluídos desse contexto, as mulheres e os filhos primogênitos, eles deveriam encarregar-se da direção dos negócios de seus. Sendo assim, a escola só era frequentada pelos filhos homens mais novos, que recebiam apenas, uma educação escolar simples, que os preparava para assumir a direção da família, bem como dos negócios, desse modo era reduzido o número de pessoas que adquiria escolarização. Deve-se o atraso educacional piauiense também aos jesuítas já [...] “que nesta província, viveram mais como senhores das fazendas herdadas de Mafrense do que propriamente como educadores”. (VIEIRA, 2005, p. 27).

Para chegarmos até o ano de 1980, percorremos um longo caminho na história da educação tanto a nível nacional, estadual e local. Fazendo uma pesquisa no campo da educação piauiense, recortando temporalmente o período de 1980 a 1996, buscando-se envolver-se no século XIX para tentar entender o contexto do recorte escolhido, faço um paralelo com o texto do professor Costa Filho (2006), onde ela fala que, as formas alternativas de ensino eram uma constante no Piauí do século XIX que, paralelamente ao ensino oficial desenvolveram-se experiências capazes de atender aos interesses dos diferentes grupos sociais. Nesse sentido,

Verifica-se através das informações históricas que no Piauí, como nas demais regiões brasileiras, existia um sistema de ensino oficial de conformidade com a política educacional de Portugal. Paralelamente a este, funcionavam formas alternativas de ensino de natureza privada. (COSTA FILHO, 2006, p. 73).

Uma das formas alternativas de ensino se dava através da contratação de *professores ambulantes*, por parte dos grandes fazendeiros que contratavam esses professores, para alfabetizar seus filhos nas próprias fazendas. Nessa forma alternativa de ensino algumas vezes os agregados e filhos de escravos aprendiam a ler e escrever, apenas observando as aulas.

[...] quando os filhos do fazendeiro estavam em idade de serem alfabetizados, o pai contratava um professor, um mestre ambulante, que ministrava aulas na própria fazenda. Assim, muitos filhos de agregados e, casualmente, algum filho de escravo, aprendia a ler, escrever e contar. (COSTA FILHO 2006, p.71).

Essas formas alternativas de ensino foram comuns no Brasil colonial, tendo em vista a grande deficiência no ensino oficial, que deixavam muito a desejar, sendo assim, as pessoas mais abastadas, de maiores posses, procuravam outras formas de conseguir alfabetizar seus filhos.

Segundo Luiz Carlos Villata, no Brasil colonial, foi comum as escolas familiares. Receberam esse nome porque o ensino era ministrado no espaço doméstico por familiares letrados, por capelães ou mesmo por mestres contratados. Essas escolas constituíram-se em alternativas que as pessoas de posse e interessadas no ensino encontraram para superar as lacunas deixadas pelo sistema oficial. (COSTA FILHO, 2006, p.76).

Várias eram as dificuldades encontradas por essas pessoas para seguirem na educação escolar que ia desde a falta de interesse por parte das famílias que muitas vezes achavam que a educação não era necessária para o tipo de vida que eles levavam a dificuldade econômica, onde muitas vezes teriam que pagar por essas aulas até a conciliação de trabalho e estudo que essas crianças tinham que se adaptarem.

O período em que a criança era iniciada no mundo do trabalho era o mesmo para a aprendizagem das primeiras letras. Sob este aspecto, quando os filhos do fazendeiro estavam em idade de serem alfabetizados, o pai contratava um professor, um mestre ambulante, que ministrava aulas na própria fazenda. Assim, muitos filhos de agregados e, casualmente, algum filho de escravo, aprendia a ler, escrever e contar. O momento da alfabetização colocava a criança em contato com as diferenças que permeavam as relações sociais. Após a alfabetização, os filhos do fazendeiro deixavam a fazenda e passavam a residir na casa da cidade ou vila, para dar continuidade ao ciclo de estudos. A partir desse momento, ingressavam no sistema oficial de ensino, cursavam o secundário e o ensino superior, este último fora do Piauí, pois na província não havia faculdades. (COSTA FILHO, 2006, p. 71).

A falta de interesse escolar devia-se também a grande distância das escolas para a população do campo, além do mais, grande parte da sociedade não permitia a infiltração desse ensino escolar, já que o que eles precisavam saber para realizar suas atividades no campo não necessitava desse ensino.

Na sociedade piauiense oitocentista, as novas gerações aprendiam, na família, o conjunto de atitudes e ações capazes de integrá-las ao meio social. Em face do baixo desenvolvimento tecnológico utilizado para a produção do necessário para a sobrevivência, o aprendizado dispensava um saber sistematizado e transmitido por instituições próprias para esse fim, como a escola. A integração dos mais jovens dava-se em situações diretas de trabalho, até mesmo as atividades de entretenimento eram aproveitadas para repassar ensinamentos. A vaquejada e a farinha são exemplos de atividades coletivas em que as novas gerações recebem ensinamentos, nas quais trabalho e entretenimento juntam novos e velhos, homens e mulheres, livres e escravos. (COSTA FILHO, 2006, p. 69).

Segundo Costa Filho, a educação da sociedade da província do Piauí refletiu-se muito nas atividades econômicas desenvolvidas, já que apenas a elite urbana possuía acesso à educação, em detrimento dos cargos públicos que iriam exercer, ao se falar nessa elite, vale destacar que o ensino mais avançado era destinado quase que exclusivo a classe masculina, pois estes homens eram quem iria prover a família tanto no aspecto econômico, quanto político.

[...], os homens dispunham de período mais longo para aprimorar sua educação. Eles podiam e até deveriam ir além do ensino primário, posto que seriam os chefes de família e assumiriam sua condição de provedores. Também eram os homens que desempenhavam as funções públicas de natureza política, administrativa e econômica, para tanto necessitavam estar capacitados. Tornava-se, portanto, obrigatória à leitura da Constituição do Império, do Código Comercial, Contabilidade, História Pátria e operações mais complexas de aritmética. (COSTA FILHO, 2006, p. 98).

Como já foi citado, o ensino mais avançado era mais uma exclusividade masculina, para as mulheres oitocentistas, era reservada apenas o ensino Primário, a educação feminina teria que esperar um pouco mais até se firmar.

Tratando-se especificamente do Piauí, a normatização oficial do ensino oferecido às mulheres é bastante discriminatória. [...] A discriminação imposta às mulheres é ainda observada na organização da grade curricular (v. Quadros 2 e 3). Às mulheres eram oferecidas matérias diferentes das dos homens, e o nível do conhecimento era mais elementar. (COSTA FILHO, 2006, p. 97).

No entanto, o problema da educação feminina não estava atrelado ao fato de querer manter a mulher em um nível inferior educacional ao homem, mas nas relações sociais, nas práticas que essas mulheres desenvolviam nesse período, que concerne basicamente ao trabalho doméstico, onde fazia o papel de mãe e esposa, onde teria a responsabilidade de educar os filhos. Para isso precisava apenas da alfabetização, onde aprendia noções de gramática, leitura, escrita, leitura da doutrina cristã, bem como o trabalho com agulhas, como bordado e crochê.

A preocupação relativa ao ensino feminino provavelmente não estava relacionada com uma proposta de manter as mulheres com um nível de instrução inferior ao dos homens. A questão passava por outros aspectos da prática social na qual têm destaque as funções sociais da mulher. O papel de esposa e a responsabilidade de educar a prole, por exemplo, exigiam no máximo a alfabetização e uma educação dentro dos parâmetros vigentes, para que demonstrasse comportamento ideal para sua condição social. (COSTA FILHO, 2006, p. 97-98).

A grade curricular desse período não era muito atrativa para uma população de vaqueiros e homens da terra, essa grade continha desde aulas com os conteúdos de leitura e

escrita e até de latim, que pouco interessava aos mesmos, eles não estavam interessados nesse tipo de ensino, por achar que o mesmo não seria necessário nas atividades que os seus filhos iriam desempenhar que era a lida na roça. “O ensino, dissociado da realidade, não oferecia atrativos ao povo, que não sentia a necessidade de tais conhecimentos” (FERRO, 1996, p. 58).

Romanelli (2010) que foi citada por Alves (2011, p. 17), vai enfatizar algumas constatações teóricas à cerca da educação, quanto ao sistema econômico, evolução cultural e política.

A primeira delas é de que a forma como evolui a economia interfere na evolução da organização do ensino, já que o sistema econômico pode ou não criar uma demanda de recursos humanos que devem ser preparados pela escola. A segunda constatação relaciona-se com a evolução da cultura, sobretudo da cultura letrada. A herança cultural influi sobre os valores e as escolhas da população que procura a escola. Os objetivos perseguidos na escola por essa demanda social de educação estão diretamente relacionados com o conteúdo que a escola passa a oferecer. A terceira constatação tem implicações com o sistema político. A forma como se organiza o poder também se relaciona diretamente com a organização do ensino, em princípio por que o legislador é sempre o representante dos interesses políticos da camada ou da facção responsável por sua eleição ou nomeação e atua, naquela organização, segundo esses interesses ou segundo os valores da camada que ele representa.

Das constatações estabelecidas, é acertado o que nos foi afirmado por Romanelli, de que, a cultura de desenvolvimento, de educação e de evolução da demanda social de educação é importante para esclarecer os problemas da educação piauiense que se perpetua até os dias atuais. A compreensão da evolução do referido sistema, a expansão do ensino e os caminhos que ele tomou torna-se mais fácil, a partir do momento que voltarmos nosso olhar à nossa herança cultural, à evolução da economia e à estrutura do poder político, fazendo assim a interligação dos mesmos com os valores propostos na escola pela demanda social de educação, refletindo sobre o interesse do poder político de controlar e monopolizar a mesma, de acordo com o que vem de encontro aos interesses da elite dominante que perpetuam até os dias atuais no Brasil. O controle da organização do sistema educacional vem sendo feito de forma bastante defasada em relação aos anseios da sociedade, e as necessidades crescentes do desenvolvimento econômico.

Assim é possível perceber que a Educação no Brasil apresenta especificidades e rupturas marcantes, de modo que se podem observar as alterações sofridas pela a mesma ao longo dos períodos históricos pelos os quais o Brasil passou, desse modo, o sistema educacional brasileiro apresentou características distintas no Brasil Colonial, quando de sua monopolização pelos jesuítas, no Brasil Império quando o ensino público inseriu-se no

cenário brasileiro como Educação Nacional, passando pelo o Brasil Republicano e por uma Ditadura Militar, períodos onde a mesma seria mais uma vez moldada, conforme as características que apresentavam a época e os interesses dominantes. Nesta perspectiva passou a interessar-nos a educação no Piauí, mais precisamente na microrregião de Picos, realizada por professores leigos no período de 1980 a 1996.

Capítulo 2

OS PROFESSORES LEIGOS E SUAS HISTÓRIAS: uma abordagem sobre a docência na microrregião de Picos no período de 1980 a 1996

Este capítulo intenciona, por meio das histórias de vida e relatos de *professores leigos*⁴, conhecer aspectos da educação nas localidades piauienses de *Juá e Prença* – sendo que no nosso recorte temporal eram pertencentes à microrregião de Picos e hoje fazem parte da cidade de Aroeiras do Itaim – no período de 1980 a 1996. Tendo em vista nosso objetivo, buscamos apoio na *História Oral* e entrevistamos três ex-professores leigos que exerceram o magistério nas escolas isoladas no período já mencionado anteriormente, a Senhora Maria Barroso Feitosa, hoje Zeladora em uma Escola de Picos, o Senhor Francisco Victor da Silva, atualmente lavrador aposentado e a Senhora Maria Francisca dos Santos, também aposentada como lavradora.

Apoiamo-nos, ainda, em fontes documentais, como uma carteira de trabalho e alguns boletins e declarações escolares e fichas de matrículas, que possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa aqui realizada. Assim, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, sendo que a mesma nos permite uma melhor compreensão das relações sociais de uma determinada época, bem como os valores e os hábitos que se fizeram presente na mesma. Apresentado o objetivo do presente estudo, primeiramente, faremos algumas breves ponderações a respeito da História Oral e da relação entre história e memória, visto que foram preponderantes na construção de nosso estudo, para em seguida nos determos no ensino leigo, empreendido na microrregião de Picos há algumas décadas atrás.

2.1 História e Memória

O historiador francês Jacques Le Goff (2003) é de grande importância para o estudo de *história e memória*, haja vista o autor em seu trabalho *História e Memória* tenha analisado a relação entre estes dois termos. Le Goff (2003) faz saber que História é uma palavra grega, que significa investigar, procurar, assim vem a trazer uma concepção acerca de História, afirmando que esta não é uma ciência do passado e não deve ser entendida como tal, a história, em sua perspectiva, é a ciência da mutação e, conseqüentemente, da explicação de tal

4 Professor Leigo é aquele que dá aula sem possuir um diploma de ensino superior e tendo cursado apenas o Ensino Fundamental completo ou até mesmo incompleto

mutação. Nesse sentido Jacques Le Goff (2003) acredita que a memória tem o poder de ação na busca de mudança. Este poder tem consciência de um agir social, esta interpretação que Le Goff (2003) faz da memória acarreta uma expressão política e cultural.

No sentido de se trabalhar com a memória, Jacques Le Goff (2003, p. 419) a interpreta como uma fonte de saber, pois ela é “um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Nessa concepção de memória Le Goff (2003) argumenta em defesa de que a cultura dos povos com escrita é diferenciada daqueles que não a possuem, mas que não pode ser considerada totalmente radical, posto que os povos sem escrita preservavam suas histórias por meio de narrativas que eram transmitidas pelos homens às gerações futuras, por meio da memória. Estas gerações guardavam a história de seu povo, não as deixando morrer, transmitiam-se conhecimentos e a memória era então criadora, bem mais do que repetitiva, e este fato era relevante para que a memória coletiva fosse viva nas sociedades sem escrita. Le Goff (2003) traça, ainda, o perfil da memória depois do surgimento da escrita que mudou a memória, quando da oralidade, e transformou a memória coletiva. Silva e Lima (2009, p. 9790) argumentam sobre essa concepção de Le Goff.

[...] quando a escrita passa a ser organizada em documentos escritos, um outro avanço acontece: a capacidade de registrar, marcar, memorizar, reordenar, reexaminar, etc. Todo esse desenvolvimento não esteve separado, segundo o autor, do crescimento dos centros urbanos que ampliaram as necessidades e condições dos homens. A escrita, assim, possibilitou o aparecimento, ou melhor, a criação de exercícios de memória. No entanto, a história dos gregos demonstra que, apesar de letrados, havia entre eles uma preocupação com a prática de exercícios artificiais de memorização. Os gregos enalteciam a prática natural da memória, que independe da escrita. Isso não impedia, contudo, que praticassem exercícios de rememoração baseados na linguagem escrita.

Pode-se, assim, compreender que o aparecimento da escrita não levou ao fim da prática natural da memória, desta forma, a mesma continuou a apresentar importância. Silva e Lima (2009) corroboram que para Le Goff (2003) o Cristianismo, também, veio a edificar a importância da memória, visto que, o ensino cristão constitui-se de *pura memória*, e que o surgimento da imprensa foi outro marco decisivo para a memória ocidental, e a última parte de seu estudo sobre história e memória que vem argumentar Silva e Lima (2009, p. 9791):

Jacques Le Goff, ao abordar os desenvolvimentos contemporâneos da memória, última parte do seu estudo sobre memória histórica, reflete, enfatizando o século XIX, sobre a incapacidade de a memória individual abarcar toda a proporção atingida pelos conteúdos das bibliotecas, um

imenso arquivo. De acordo com o autor, a maior revolução da memória está no século XX, com o aparecimento da espetacular memória eletrônica.

Pela concepção de Le Goff (2003) a memória é uma das atividades fundamentais do indivíduo, bem como um elemento indispensável para a identidade individual e coletiva e que atualmente sua busca tem sido uma das principais atividades do homem. Entendemos, aqui, que a memória é de extrema importância para o desenvolvimento da história, sendo que a inexistência da memória impossibilitaria o desenvolvimento do conhecimento, e ressaltamos que Le Goff (2003) acreditava que a história se alimentava da memória, eis aí sua tamanha grandiosidade.

Já o também historiador francês Pierre Nora (1993) apresenta uma concepção diferente de Le Goff (2003). Nora entende memória e história como termos antônimos, onde a memória está sempre reconstruindo-se, e é susceptível a um estável desenvolvimento. Segundo Nora (2003, p. 9):

A história é deslegitimação do passado vivido. No horizonte das sociedades de história, nos limites de um mundo completamente historicizado, haveria dessacralização última e definitiva. O movimento da história, a ambição da história não são o que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação. Sem dúvida um criticismo generalizado conservaria museus, medalhas e monumentos.

Relevando este aspecto, percebe-se que, a reminiscência da história desenvolveu a função de reguladora da memória que possuía como um de seus objetivos o utópico desejo de *reconstituir o passado da forma exata como ele ocorreu*.

Para terminar nossa discussão em torno de História e Memória, nos remetemos ao pensamento do historiador inglês Peter Burke (2000) que acredita que a transmissão da memória ocorre por influência da organização social, sendo que diversas maneiras são utilizadas para a transmissão dessa memória.

Burke (2000, p. 69) informa que:

Essa explicação tradicional da relação entre a memória e a história escrita, na qual a memória reflete o que aconteceu na verdade e a história reflete a memória, parece hoje demasiado simples. Tanto a história quanto a memória passaram a revelar-se cada vez mais problemáticas. Lembrar o passado e escrever sobre ele não mais parecem atividades inocentes que outrora se julgaria que fossem. Nem as memórias, nem as histórias parecem mais ser objetivas.

Desse modo, Burke (2000) fala sobre a relação existente entre a memória e a história escrita, onde os historiadores do século XIX chegaram a creditar que as lembranças eram verdades incontestáveis, deste ponto de vista a sociedade é reflexo da memória e a história, também seria um reflexo da mesma. Portanto, sendo a história um reflexo da memória só

poderia ser ela, também, uma verdade. Neste trecho Burke (2000) menciona a objetividade característica dos historiadores do século XIX que diziam que a história tinha de ser objetiva, devia contar os fatos como eles aconteceram. Hoje ela não é mais vista dessa forma, procura-se entender o fato histórico e perceber que ele não é puro.

2.2 A História Oral e as fontes documentais

Para Peter Burke (2000, p. 73) “as memórias são influenciadas pela organização social de transmissão e os diferentes meios de comunicação empregados”. Nessa perspectiva, existem variados meios de se transmitir a memória, dentre eles a História Oral.

Para Thompson (1992, *apud* Alves, 2011, p.14):

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história – seja em livros, museus, rádios ou cinema – pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história, um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.

O pensamento de Thompson (1992) nos possibilita a compreensão da importância da História Oral em relação à forma como é utilizada, sendo entendida como um método eficiente para se realizar pesquisas nas mais variadas áreas.

É relevante observarmos a visão de Matos e Senna (2011, p.96) acerca da relevância da fonte oral. As autoras acreditam que:

A fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois o historiador, muitas vezes, necessita de documentos variados, não apenas os escritos. Vale mostrar aqui a evolução de uma prática importante que compõe parte da historiografia contemporânea.

De acordo com Matos e Senna (2011) a História Oral evoluiu bastante, sendo que na atualidade configura-se como uma respeitável prática historiográfica, à medida que trouxe novas perspectivas à historiografia, uma vez que permite que o historiador utilize documentos que não são escritos.

A História Oral baseia-se na memória do homem e em sua capacidade de guardar fatos do passado, a memória tem dessa forma uma ligação com o passado, onde o historiador deve dominar este passado e entendê-lo para, assim, compreender o presente, deve procurar

entender os fatos históricos percebendo que estes fatos históricos, percebendo que estes não são puros, mas carregados dos sentimentos daqueles que os vivenciaram, nesse ponto de vista, algumas memórias sobrevivem mais fortemente entre os indivíduos, assim, é papel do historiador escrever uma história que não seja focada apenas nos vencedores, mas que aborde todos os sujeitos. É nesse sentido, que nosso trabalho justifica-se, ou seja, iremos contar as histórias que ficaram na memória dos *professores leigos* das localidades *Juá e Prença* – que na época, 1980-1996, eram pertencentes à microrregião de Picos – por meio da História Oral e também por documentos que nos foram cedidos pelos professores entrevistados na intenção de enriquecer nosso trabalho.

Assim, documento escrito e fonte oral não se excluem, simplesmente se complementam. “As fontes orais não são meros sustentáculos das formas escritas tradicionais, pois são diferentes em sua constituição interna e utilidade inerente”. (MATOS; SENNA, 2011, p. 97).

Ainda conforme Matos e Senna (2011) a História Oral tem mais proximidade com o presente, visto que a mesma depende de uma memória viva. Quanto às fontes documentais, estas, geralmente referem-se a períodos remotos e, via de regra, encontram-se em bibliotecas, departamentos de órgãos governamentais e outras vezes podem ser encontradas com os sujeitos históricos envolvidos em uma pesquisa. Foi o que ocorreu na construção deste estudo, onde os depoentes do nosso trabalho nos forneceram documentos que possibilitaram uma melhor compreensão daquilo que nos foi falado pelos mesmos. Ressaltamos aqui, a importância do contato com fontes documentais para observar uma realidade, porém a veracidade dos mesmos deve ser sempre questionada, analisando-os e verificando os detalhes dos documentos.

Tendo até aqui ressaltado pontos preponderantes acerca da metodologia empregada neste capítulo, com uso de fontes orais e documentais, sendo os documentos obtidos com os *professores leigos* e usando uma abordagem qualitativa, buscando um maior acesso as emoções e experiências vivenciadas pelos sujeitos desta pesquisa e utilizando a pesquisa temática que procura, sobretudo, a participação do entrevistado no tema em questão, passamos a focar as experiências vivenciadas pelos *professores leigos* de *Juá e Prença*, que no nosso recorte temporal (1980-1996) faziam parte da cidade de Picos.

2.3 Os *Professores Leigos* da microrregião de Picos: histórias sobre docência de 1980 a 1996

Conforme já discutido no primeiro capítulo, a História da Educação escolar no Brasil foi imposta por Portugal, desde o Período Colonial, sendo exercida pelos jesuítas. Esse modelo de educação perdurou, com algumas alterações, pelos períodos Imperial e Republicano. Na história da Educação escolar no Piauí, constatamos que a mesma iniciou-se somente na primeira metade do século XVII, quando ocorreu à expansão do gado para o interior do Brasil. A mesma alcançava apenas as famílias dos grandes proprietários de terras.

Nessa conjuntura que o Piauí apresentava com grande destaque para a pecuária, a população não tinha interesse de ir à escola, pois se envolvia no trabalho com o gado. Isso ocorria em Picos e sua microrregião com bastante especificidade. Dessa maneira, não era fácil fazer com que a população picoense criasse o hábito de ir à escola.

Segundo Alves (2011) este desinteresse da população piauiense e, por conseguinte picoense em não ir à escola só mudou consideravelmente na década de 1950, quando a educação passou por uma crise devido à entrada das indústrias de base no Brasil, pois estas indústrias exigiam mão de obra qualificada, as pessoas vão procurar por escolas e a demanda das mesmas será insuficiente para a população que as buscam, vale ressaltar que os mecanismos de ensino no Piauí eram bastante precários.

As escolas leigas em *Juá* e *Prença* funcionariam até fins dos anos 1990. Então, o contato com algumas pessoas que foram docentes leigos, exercendo a docência e encarregando-se de educar picoenses, bem como a experiência vivenciada⁵ com este tipo de magistério levou-nos ao interesse de estudar este tema e buscar por professores leigos que pudessem compartilhar suas experiências para a construção deste trabalho.

Há de se ressaltar que a educação, no Piauí, conforme Reis (2010) passou por um longo e difícil processo de estruturação, tal processo aconteceu de forma lenta e oscilou entre momentos de avanços e retrocessos. É também em Reis (2010) que encontramos a informação de que a História da Educação consolidou-se a partir dos anos de 1970 com pesquisas desenvolvidas em cursos de graduação. Consideramos o estudo da História da Educação de suma importância para compreenderem-se as sociedades e suas características, partindo dessa premissa procuramos analisar a educação no Piauí, por meio das localidades *Prença* e *Juá* nos anos de 1980 a 1996, compreendendo-o como resultado de sua origem no Brasil Colônia, que

⁵A pesquisadora estudou neste tipo de escola.

conforme mencionado anteriormente, tem sua colonização empreendida no século XVII devido a pecuária e que no Império obteve um pequeno avanço, mas permanecendo sempre em meio a dificuldades.

O senhor Francisco Victor da Silva, hoje com 62 anos e residente na localidade *Juá*, que no período estudado pertencia a Picos, mas atualmente está vinculado ao município de Aroeiras do Itaim, foi um dos *professores leigos* que empreenderam o ensino na microrregião de Picos. O mesmo exerceu o magistério de 1984 a 1995.

A formação do professor Francisco Victor da Silva, aconteceu de modo bastante simples, o mesmo estudou, somente até a segunda série do que hoje corresponde ao Ensino Fundamental I, assim o mesmo salientou em depoimento que não sabe como chegou a ensinar naquela época, visto que sabia muito pouco, quase nada, mas mesmo assim, exerceu o magistério por 11 anos e lecionava alfabetização, primeira e segunda série.

Os estudos de Francisco Vitor da Silva iniciaram-se nos anos 1960, em *casas-escolas*, que recebiam essa denominação pelo o fato de funcionarem em uma residência. Segundo o depoimento do professor Francisco Victor da Silva (2014) sobre estudos “comecei na casa de Mundico Pedim na [no povoado] *Prença*, depois Dorinha deu umas aulinhas pra gente e o finado Valdim também deu aula, mas foi pouquinho, mas naquele tempo já era muita coisa”.

Pode-se perceber que os problemas com educação surgidos quando de seu início no Brasil Colonial se perpetuaram, pois sobre esse período Ferro (1996) informa que a educação formal enfrentou muitas dificuldades para se firmar no Piauí, foi, assim, que tais dificuldades seriam sentidas séculos depois por Francisco Vitor da Silva e tantos outros habitantes do Piauí. A noção de como era educação no Brasil Colonial, a dificuldade de se implantar o ensino formal por diversos motivos, os quais serão abordados no decorrer desta discussão, proporciona-nos o conhecimento de que as vivências dos professores leigos quando dos anos de 1980 a 1996 possuem resquícios históricos e de que sua gênese está na implantação da Educação no Brasil Colonial, passando pelo o Império e o surgimento da República, e por conseguinte se fizeram sentir no Piauí e não no referido período de nosso recorte temporal, os problemas, pois com a educação percorreram um longo período histórico que indubitavelmente marcaram-na quando das décadas de 1980 e 1990.

Nesta perspectiva Francisco Vitor da Silva recebeu estudo em *casa-escola* o que era uma prática comum devido à insuficiência de estabelecimentos destinados a abrigar escolas. Então quando o docente queria dar aulas ele poderia estabelecer sua casa como local de ensino.

Reis (2010) nos faz saber que no Brasil Colonial a população estava dispersa devido ao distanciamento das fazendas e ligados às atividades com o gado não tinham interesse em estudar, essa realidade, embora pareça bastante longínqua em questão de espaço de tempo com relação ao nosso recorte temporal, ainda se fazia bastante presente nos povoados de *Prença e Juá*, as roças de seus habitantes apresentavam distância considerável uma das outras, o que dificultava a comunicação entre as pessoas e acabava por esconder a necessidade de se criar escolas.

Sem estabelecimentos escolares, a educação em *Prença e Juá*, no período de 1980 a 1996 aconteceu nas já referidas *casas-escolas*. O professor Raimundo Nonato Lima dos Santos (2007) em sua discussão embasada na relação entre a cidade de Timon no Maranhão e Teresina no Piauí, durante a década de 1980, salienta que o ensino público nesta cidade era deficiente e a partir do ano de 1986 foi necessário aceitar a constatação de que as escolas não ofereciam vagas suficientes para as crianças que delas careciam. Sendo assim, as crianças ficavam ociosas a brincar na rua ou trabalhar e, em alguns casos, a cometer pequenos delitos. Então Santos (2007, p.50) nos remete às *escolas não oficiais*, onde as aulas aconteciam na residência dos professores, que surgiram a partir da década de 1980 nesta cidade do interior maranhense.

[...] algumas professoras que haviam concluído o Pedagógico montavam escolinhas em sua residência, sem registro e/ou autorização das secretarias Municipal e Estadual de educação para seu devido funcionamento. E, assim, muitas crianças foram iniciadas nas primeiras letras. O ensino era do tipo tradicional, com direito a decorar datas, nomes e números, apanhando de palmatória o aluno que não respondesse corretamente às perguntas orais da professora, procedimento este que contava com a permissão dos pais para ser realizado.

Os estudos de Santos (2007) nos fazem perceber que a utilização da casa de professores como escola era comum em regiões do Brasil na década de 1980, porém, diferente do que aconteceu nas microrregiões de Picos, onde as *casas-escola* funcionavam com autorização da Secretaria Municipal e Estadual de Educação. Em Timon as mesmas não tinham autorização para o seu funcionamento. Difere, também, que em Timon essas escolas contavam com professoras que haviam adquirido o curso Pedagógico, visto que em *Prença e Juá* os professores mal tinham feito às séries iniciais.

Nesta perspectiva constatamos que Francisco Victor da Silva começou a lecionar por um acaso, isto é, a docência não era sua intenção. Assim, o magistério não foi uma escolha, sua adesão a este ofício tem haver com a forma como ele chegou à docência. Ele explica em depoimento que

Nem foi bem uma escolha, minha cunhada Eniça dava aula e ai ela foi pra São Paulo e pediu pra eu ficar no lugar dela na escola até ela voltar, só que ela num voltou nunca mais, mora lá até hoje. [...] Ai como eu disse essa escola era da minha cunhada e como ela num voltou mais disse que era pra eu ficar no lugar dela, ai continuou a escola no nome dela só que eu era quem dava aula, e os outros recebiam com aumento e meu dinheiro sempre do mesmo tanto, ai eu fui saber porque o meu não aumentava se eu ensinava do mesmo jeito dos outros, ai disseram lá na secretaria de educação que eu tinha que mudar a escola pra meu nome e assim eu fiz. (SILVA, 2014).

Francisco Victor da Silva faz saber que ministrava as aulas em sua casa mesmo, posto que não houvesse escolas no povoado Juá. Como já mencionamos anteriormente era comum a *casa-escola*, “nesse tempo ainda não tinha colégio e o jeito era ceder à casa da gente mesmo, chamava escola isolada” (SILVA, 2014).



Foto 01: Professor Francisco Victor da Silva, 2014.
Fonte: Arquivo pessoal de Maria do Carmo Rodrigues Costa.

Na imagem acima, encontra-se o professor Francisco Victor da Silva que, embora sem querer, chegou ao magistério e levou à iniciação dos estudos muitas crianças de sua localidade. O pouco que sabia dividiu com aqueles cuja única alternativa era as *escolas isoladas*.

Sobre fatos cotidianos da época em que lecionou, Francisco Victor da Silva lembra com alegria da merenda escolar que era fornecida para os alunos que, segundo ele, era leite

com bolacha, arroz e carne de jabá, e não tinha merendeira. Então ele mesmo fazia a merenda, que era pouca e, às vezes, quase nem dava.

Questionado sobre o que passou a fazer após o ano de 1996 e o fim das *escolas leigas*, Francisco Victor da Silva (2014) lembra em depoimento que “quando eu dava aula, eu dava aula e trabalhava na roça, aí de [19]96 pra cá veio os concursado e os contratado foram mandado, saiu tudinho aí fiquemo [sic!] trabalhando só na roça mesmo”.

O depoimento de Francisco Victor da Silva revela-nos a verdade já apresentada por Faria Filho (2000, *apud* Vieira 2005) que ao mencionar o Ensino Público no Piauí quando do século XIX ressaltava que os professores não davam aulas apenas, eles misturavam o magistério a outras atividades, para o referido autor isso fazia com que a escola não funcionasse literalmente. Dessa forma, podemos observar que no século XX a prática da docência continuou a ser empreendida pelos os professores juntamente com outras atividades, como bem esboça o caso de Francisco Vitor da Silva que para exercer o magistério não deixou seu trabalho como lavrador, era uma prática bastante comum no *interior*, o professor era geralmente, também, um agricultor.

As aulas que Francisco Victor da Silva (2014) ministrava em sua *escola isolada* eram das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática. Ele explicou em depoimento que

[...] eu ensinava só as mais simples mesmo, postuguês [sic!] que era as sílabas, o alfabeto e na sexta tinha aula de agrumento [sic!], eu botava eles pra soletrar as palavras e quem errasse levava um bolinho na mão com a palmatória. E tinha aula de matemática também eu ensinava a tabuada, ai tinha dia que eu perguntava a tabuada e quem não soubesse levava uns bolinho também. (SILVA, 2014)⁶.

Os *bolinhos* aos quais Francisco Victor da Silva se refere acima se constituíam no uso da palmatória, comumente utilizada por os professores leigos destas localidades. A palmatória era um instrumento persuasivo para que os alunos aprendessem mais rápido, era o castigo físico que doía e, também, envergonhava, era o sinal de que não havia aprendido e precisava de mais atenção, a mesma foi referida por Santos (2007), evidenciando que o uso da palmatória era comum em Timon na década de 1980.

O professor Francisco Vitor da Silva lembra com saudade do tempo em que segundo ele, os alunos respeitavam os professores, talvez pelo temor do castigo físico, como ajoelhar nos caroços de milho. Francisco Vitor da Silva lembra entre risos que

⁶ Neste momento o professor Francisco Victor da Silva pede que sua esposa Inês responda a pergunta por ele, dizendo que a mesma lembra-se melhor. É interessante notar que o mesmo recorre à memória de outras pessoas para lembrar algo que ele mesmo viveu.

[...] naquele tempo os alunos respeitava os professor, é diferente de hoje, até que tinha uns mais danado que o outro, mas era só pra cassar cunversa [sic!] com eles mesmo, com a gente eles respeitava e quando tava danado a gente botava de castigo em cima e uns caroinho de milho aí eles obedecia, vai fazer isso hoje pra ver se o professor num apanha.(SILVA, 2014).

Assim o professor Francisco Victor da Silva lembra que a relação de professor e aluno na época em que lecionou, era uma relação de respeito. Quanto às contribuições que esse tipo de escola deu para comunidade, o professor argumenta que as mesmas fizeram com que alguns aprendessem ao menos assinar o nome, enquanto outros aprendiam a ler ainda que pouco, mais isso, segundo o professor, já era alguma coisa, visto que não tinham outra alternativa de educação na comunidade. Ele lembra que a época em que lecionou eram tempos difíceis, onde a escola não recebia recursos e o que os docentes ganhavam era muito pouco, e reafirma que não havia estabelecimentos escolares na época, sendo as aulas ministradas em casa, e quando vieram a construir escolas, introduziram professores formados e os leigos deixaram de lecionar.

Sem muita colaboração do Poder Público era assim que as escolas leigas funcionavam, não obstante Reis (2010) lembra que, ainda, quando no período Colonial a educação não encontrava apoio e os apelos por escolas nesse período eram negligenciados, deixando a população do Piauí na ignorância, somente aqueles que podiam pagar um ensino particular, ou mandar seus filhos para estudarem em outros Estados é que recebiam educação. Passado muito tempo depois, esta realidade ainda era sentida nas localidades de *Juá e Prença*, isto é, não havia escolas. Mas ao contrário do restante do Estado do Piauí, quando da época Colonial, onde algumas famílias podiam mandar seus filhos estudarem em outro Estado ou terem um professor particular, nessas localidades, já durante o Brasil Republicano, não havia essa possibilidade, visto que a população era carente. Então, restavam apenas as escolas isoladas, que como Francisco Vitor da Silva informou era a única alternativa para aqueles que queriam aprender algo.

Na construção deste estudo acerca das escolas isoladas dos povoados *Prença e Juá* nos anos de 1980 a 1996, encontramos respaldo na história de Maria Francisca dos Santos, hoje com 61 anos. A mesma foi professora em uma das conhecidas escolas isoladas de 1977 a 1986, tendo nove anos de dedicação ao magistério.

Sobre sua alfabetização, Maria Francisca dos Santos (2014) informou em depoimento que estudou somente até a terceira série do Ensino Fundamental I, em uma *casa-escola*, mas que a tarefa de lhe ensinar a ler e escrever ficou mesmo a cargo de seu pai que a alfabetizou, assim como a seus irmãos. Ela relata que

[...] estudei até a terceira série e comecei a quarta, mas não terminei, mas os estudos daquele tempo era diferente dos de hoje, era mais fraquinho, estudei na casa do finado Quinco de Sinhô com o professor Antônio Holanda, mas nós começamos a aprender a ler foi com papai, ele ensinava a nós, ele ia pra rua, e como era pobre, não tinha dinheiro, comprava só um lápis pra nós tudim [sic!] aqui de casa ai quando ele chegava da roça ia ensinar nós, ai uma escrevia primeiro, depois a outra, porque no tempo era um lápis pra 3 escrever. (SANTOS, 2014).

A professora Maria Francisca dos Santos lecionou da Alfabetização até a segunda série do atual Ensino Fundamental. Maria Francisca dos Santos não escondeu que foi por necessidade que aderiu ao magistério, pois conta que na época não teve opções. Era o trabalho pesado na roça ou a docência. Ela relatou que o dinheiro que ganhava dando aulas em sua casa era pouco, às vezes, quando havia planejamentos na zona urbana de Picos, de onde sua localidade Juá era microrregião, o pagamento era todo gasto com a viagem até a cidade. Então, Maria Francisca dos Santos lecionava em sua casa, pois não havia colégio na localidade. A mesma chegou ao magistério por intermédio de um político da época, um candidato a vereador que lhe fez a proposta de dar aulas em sua casa, a qual ela aceitou e foi até a Secretária Municipal de Educação de Picos, onde acertou os detalhes. Observa-se aqui o descaso do Governo da época com a educação, eles não procuravam pessoas qualificadas para lecionar, o magistério era entregue a alguém como uma troca de favores, em troca de voto o candidato oferecia o emprego de docente.

Partindo desta premissa Alves (2011) analisa a conjuntura política de 1951 a 1988, observando os prefeitos de Picos durante este período. O mesmo informa que o poder oligárquico se fazia presente, visto que no período citado, 37 anos, os prefeitos de sobrenome Eulálio e Luz exerceram o cargo duas vezes e os Barros dominaram a política municipal por quatro mandatos, assim, durante os referidos mandatos pouco foi feito em relação à educação. Alves (2011, p. 13) acredita que:

A manutenção dessas oligarquias no poder pode ter sido um dos vários elementos que dificultaram a melhoria da educação em Picos, pois as classes e grupos sociais em busca da perpetuação nos cargos menos favorecidos da sociedade picoense numa situação de ignorância política e dependente dos “favores” dos detentores do poder.

Desse modo, conforme Alves (2011), Picos vivia em uma situação que ele chama de ignorância política, onde a população recebia favores em troca de votos e, entre estes favores, encontrava-se o emprego como professor, onde não era levado em conta qualificação, o que viria a dificultar melhorias no sistema educacional da cidade.

Exercer o magistério sem qualificação era uma prática antiga no Brasil. Podemos encontrar sua menção, por exemplo, nos meados de 1800, Vieira (2005, p. 45) informa que

“apenas professores leigos, ou seja, sem nenhuma formação para o magistério, ocupavam as cadeiras públicas de primeiras letras na Vila de Picos”. Corrobora, ainda, Vieira que a primeira professora formada a ministrar aulas em Picos tenha sido Ana Clara de Lima e Castro que veio a lecionar em Picos no ano de 1886.

Analisando o desenvolvimento social e urbano de Dom Expedito Lopes-PI nos anos de 1964 à 1980, Tonny César Barbosa da Silva (2012) ao mencionar a educação na cidade piauiense salienta que em 1980 por falta de mão de obra qualificada para exercer o magistério era recorrente o mesmo ser exercido por professores leigos. Silva (2012) salienta, ainda, que essa prática não era comum apenas em Dom Expedito Lopes, mas em todo o Piauí e não apenas na década de 1980, mas sim desde o seu processo de ocupação e povoamento. E assim, como em Picos e no restante do Piauí o ensino em Dom Expedito Lopes se desenvolveu a passos lentos.

Mesmo sem qualificação profissional, não possuindo formação adequada para exercer o magistério, a Carteira de Trabalho dos professores leigos era assinada. A Carteira de Trabalho de Maria Francisca dos Santos, a qual tivemos acesso, foi, desse modo, assinada, assim como as dos outros professores leigos entrevistados para a construção deste estudo. Podemos observar que a mesma foi contratada inicialmente como Auxiliar de Ensino e após três anos de exercício da profissão passou a ser assinada como professora.



Foto 02: Carteira de Trabalho de Maria Francisca dos Santos.
Fonte: Acervo Particular da Professora Maria Francisca dos Santos.

Como já mencionado anteriormente a Carteira de Trabalho de Maria Francisca dos Santos, foi assinada pela primeira vez como auxiliar de ensino, era o ano de 1977 e o valor pago na época era de 250 cruzeiros por mês. Ela pode ser observada na imagem a seguir;

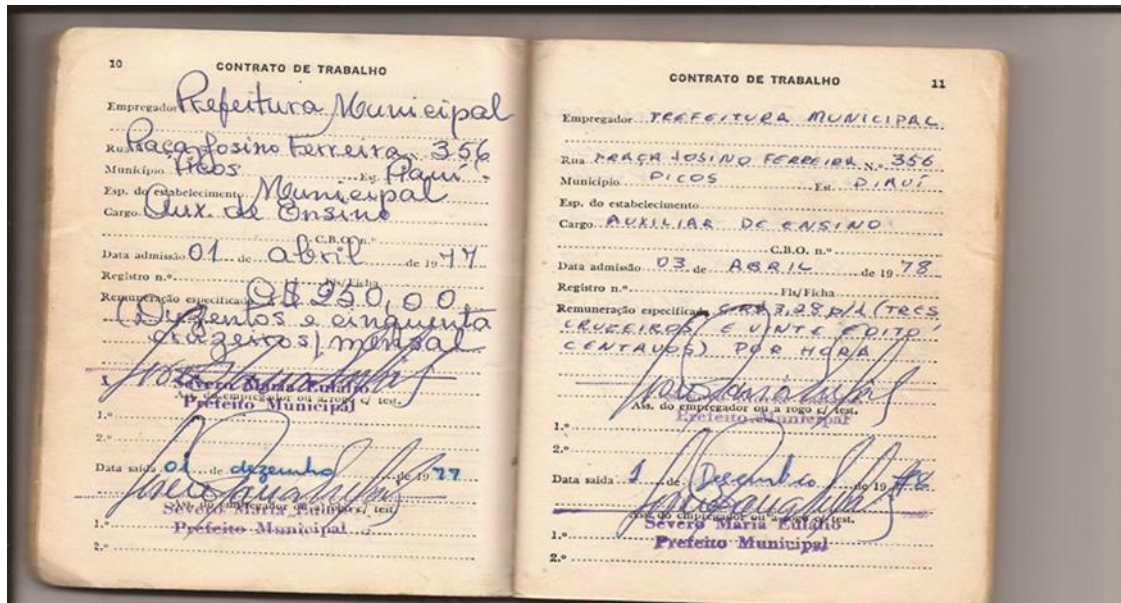


Foto 03: Carteira de Trabalho de Maria Francisca dos Santos.
Fonte: Acervo Particular da Professora Maria Francisca dos Santos.

Como podemos analisar a Carteira de Trabalho de Maria Francisca dos Santos era assinada como auxiliar de ensino. Era o ano de 1977, quando a mesma foi contratada. O valor pago, conforme já referido, 250 cruzeiros mensais. O prefeito da época era Severo Maria Eulálio que exerceu o cargo de 1977 a 1979. No ano de 1984 a Carteira de Trabalho de Maria Francisca dos Santos seria assinada agora constando sua profissão como professora.

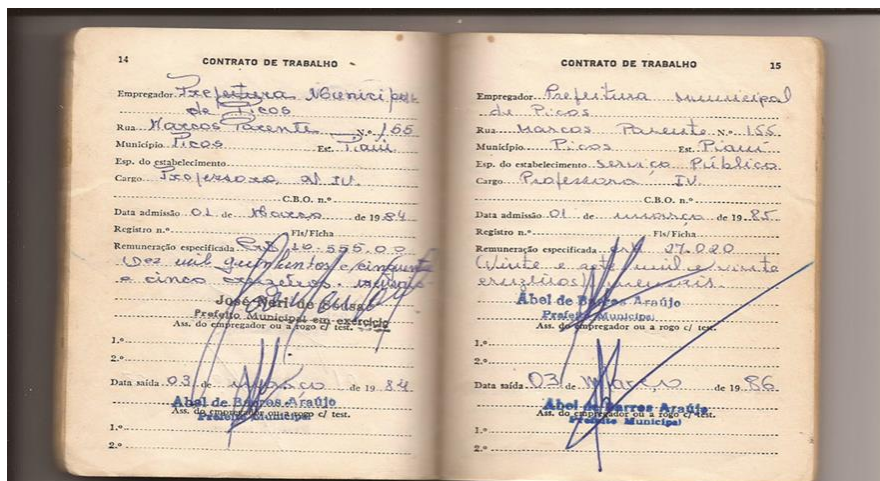


Foto 04: Carteira de Trabalho de Maria Francisca dos Santos.
Fonte: Acervo Particular da Professora Maria Francisca dos Santos.

Assim é possível observar que a profissão para a qual Maria Francisca dos Santos foi contratada no ano de 1984 é a de professora. O salário dessa vez passou a ser de dez mil quinhentos e cinquenta e cinco cruzeiros passando a ser assinada pelo então prefeito Abel de Barros Araújo.

Costa Filho (2006) já argumentava quando ao tratar do Brasil no século XIX que os baixos salários eram uma das causas relacionadas a problemas com o magistério, bem como a falta de aptidão para o cargo por parte de muitas pessoas que decidiam por lecionar.

O descaso do governo com a educação se faz presente na fala da professora Maria Francisca dos Santos, ao lembrar as condições de ensino da época. Quando questionada se em sua *casa-escola* havia merenda, a mesma é sucinta em responder que

[...] no tempo que eu ensinei num tinha nem uma borracha e um lápis dado por prefeito, imagina merenda [RISOS], não tinha nada, quando eu queria que os meninos estudasse mais, se interessasse eu comprava um quilo de bombom e dia que quem prestasse atenção na aula eu ia dar bombom, ai era uma festa. (SANTOS, 2014).

Assim, Maria Francisca dos Santos afirmou que nenhum material era fornecido pela Prefeitura Municipal de Picos, bem como não era oferecida merenda escolar. Como iniciativa para conseguir a atenção dos alunos, Maria Francisca dos Santos distribuía bombons, era, também uma tentativa de suprir a falta de merenda.

Nesse aspecto Reis (2010) lembra-nos que a educação no período Imperial já contava com estas características de descaso, visto que faltavam materiais didáticos, havia carência de professores aptos a exercitarem o magistério e os salários eram baixos, estes eram apenas alguns dos obstáculos encontrados pelo o Brasil no fim do Império e que a República abraçou, já que como podemos observar um século depois estas características eram observáveis.

Para Vieira (2005) a educação picoense no período posterior à proclamação da República faz acreditar que durante a mesma os velhos problemas enfrentados, não só em Picos, mas em todo o Piauí e no Brasil perdurariam por muito tempo, se fazendo como uma marca negativa para a história de ambos.

A professora Maria Francisca dos Santos (2014) relatou que ensinava, somente, as coisas mais simples em sua escola, dava aulas de “português, que era as sílabas, o alfabeto, tinha as cartilhas, e matemática que eu ensinava a tabuada”.

No estudo de Nogueira e Ferro (2009) acerca da educação em Teresina na década de 1970 já encontramos resquícios da forma como eram avaliados os alunos, que era uma avaliação tradicional, que representava o poder dos professores sobre os alunos, procurava-se

dar a nota ou conceito e verificavam-se os alunos aprenderam aquilo que lhes foi repassado. Uma década depois nas escolas isoladas de *Juá e Prença* essa prática era realizada, não só se aplicava a prova e esperava-se que o aluno tivesse absorvido o pouco que lhe foi repassado, visto a limitação do professor, como se cobrava a tabuada e fazia-se ditado, tudo sobre o temor da palmatória.

Conforme Costa Filho (2006) os castigos físicos eram aplicados como método pedagógico quando do século XIX por todo o Brasil, principalmente no que se refere ao ensino Primário, em vários Estados brasileiros o uso da palmatória era permitido pela Legislação, este era o caso do Maranhão, por exemplo. No século seguinte esta prática continuou a existir e foi amplamente utilizada pelos os professores das Escolas Isoladas.

Como podemos observar tanto no relato da Professora Maria Francisca dos Santos quanto no do Professor Francisco Victor da Silva, ensinava-se o básico, coisa simples, basicamente as letras do alfabeto, a formação de sílabas na Língua Portuguesa. A professora Maria Francisca dos Santos acredita que as aulas de seu tempo não eram boas como as de hoje, mas eram importantes porque possibilitavam a aprendizagem daqueles que queriam aprender. A palmatória era utilizada pela professora, era um incentivo a mais para aprender, caso o contrário, o castigo físico era imposto com naturalidade.



Foto 05: Professora Maria Francisca dos Santos, 2014.
Fonte: Arquivo pessoal de Maria do Carmo Rodrigues Costa.

A imagem acima é da professora Maria Francisca dos Santos que mesmo com as adversidades de seu tempo promoveu a educação de modo simples, mas capaz de fazer com que crianças fossem alfabetizadas. Na condução de nossa entrevista com Maria Francisca dos Santos notamos mais uma vez o descaso das autoridades com a educação e as dificuldades enfrentadas pelos alunos carentes que frequentavam as *escolas isoladas*. Segundo a referida professora, para a educação naquela época faltava de tudo, as condições de ensino eram péssimas. A professora afirmou em depoimento que é até mesmo difícil falar o quão difícil era a situação.

[...] pra começar a gente tinha que dar aula em casa, sem nada, nem um colégio não tinha, os meninos sentava era no chão porque num tinha cadeira pra todo mundo, aí o prefeito num [sic!] dava nada e os pais dos meninos era tudo pobre, não tinha condição de comprar, aí é muito difícil dar aulas assim, não tinha merenda, num tinha nada. (SANTOS, 2014).

A falta de recursos didáticos, como cadeiras, livros é um dos problemas da educação brasileira apontado por Costa Filho (2006) no século XIX como podemos perceber pela fala de Maria Francisca dos Santos eles continuaram por um tempo longo demais.

Maria Francisca dos Santos conseguiu citar estes problemas enfrentados, dentre outros, que ela afirma terem existido. A condição financeira das famílias da localidade Juá, na época de nosso estudo, eram precárias, não apresentavam condições de ajudar nos estudos dos filhos e, assim, os mesmos estudavam muitas vezes sem ter ao menos um lugar para sentar que não fosse o chão. Embora com condições escassas a professora Maria Francisca dos Santos ministrou aulas até 1996 quando a alfabetização ficou a cargo de profissionais formados e concursados. Assim, a mesma tentou a vida em São Paulo, mas depois de um ano voltou para Juá e voltou a trabalhar na roça.

Concluindo nossa pesquisa ouvimos a história de vida da professora Maria Barroso Feitosa, hoje com 48 anos de idade, trabalha como zeladora na Escola Helpídio Monteiro Gonçalves, no bairro Passagem das Pedras, na cidade de Picos. Outrora foi *professora leiga* na localidade de *Prença*. A mesma exerceu o magistério desta forma por 13 anos, de 1983 a 1996. A escolaridade de Maria Barroso Feitosa foi até a quarta série do Ensino Fundamental I. De acordo com o depoimento de Maria Barroso Feitosa (2014) sua alfabetização se deu da seguinte forma:

Estudei na localidade Saco das Cabaças e eu morava lá, estudei no colégio de lá, era único lugar da redondeza que tinha um colégio, guardei até um boletim da época que estudei, guardei de lembrança, ah o nome do colégio é Paulo Rodrigues e ele existe até hoje, eu só tive um professor que foi o professor Antônio Rodrigues de Holanda, que já faleceu. Ele não era formado, sabia um pouco, mais é quem mais sabia. (FEITOSA, 2014).

Com a educação que possuía, Maria Barroso Feitosa lecionou em sua comunidade a Alfabetização além da Primeira, Segunda e Terceira série do Ensino Fundamental. A mesma reconhece que possuía pouco estudo, mas que ensinava como podia.

O caminho de Maria Barroso Feitosa para a docência se deu através da indicação de um político da mesma forma como aconteceu com a Professora Maria Francisca dos Santos. Os empregos conseguidos por políticos eram muitos comuns na época, “nesse tempo tudo era através de político” (FEITOSA, 2014).

Assim como o Professor Francisco Victor e a Professora Maria Francisca dos Santos, Maria Barroso Feitosa também lecionava em sua casa, visto que na localidade *Prença* não havia escola, então sua casa era a única opção:

[...] lembro que eu usava uma mesinha de madeira bem pequena que era a mesa do uso lá de casa, usava também umas cadeiras de couro e um banco de madeira, eu apregava [sic!] o quadro na parede e escrevia com giz, o giz vinha da Secretaria de Educação e tinha que regrar porque vinha pouquinho. (FEITOSA, 2014).

O relato de Maria Barroso Feitosa apresenta aspectos que os outros entrevistados não haviam mencionado – os materiais que a Secretaria de Educação de Picos disponibilizava, como o quadro e o giz que, embora, em pequena quantidade serviam na tarefa de educar. Assim, como o material escolar, a merenda quando vinha era pouca e constituía-se de arroz, feijão, macarrão, bacalhau e biscoito.

Como não havia merendeira, a própria professora fazia a merenda enquanto os meninos estavam no recreio. Nogueira e Ferro (2009) mencionam que em Teresina, capital do Piauí, na década de 1970 não havia merendeira nas escolas, então as professoras recrutavam as alunas mais velhas para a ajudarem a fazer a merenda. Aqui a professora Maria Barroso Feitosa era responsável por fazer a merenda, mas fazia sozinha enquanto as crianças brincavam no recreio.

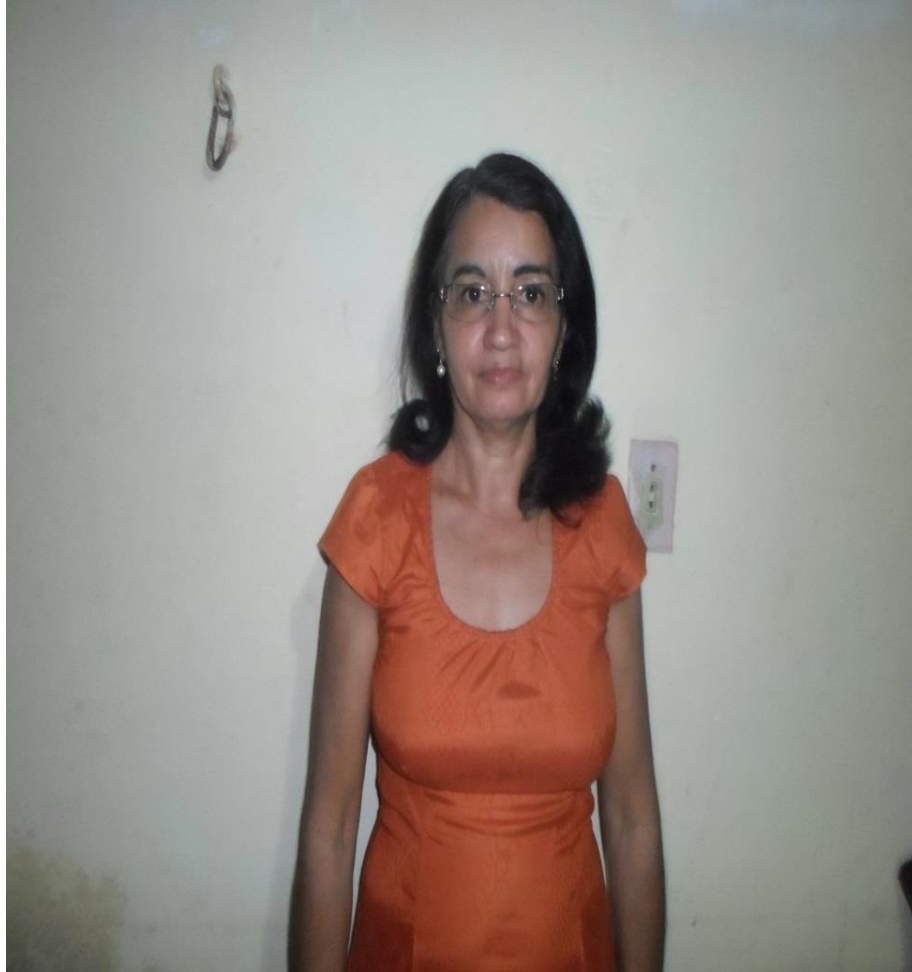


Foto 06: Professora Maria Barroso Feitosa, 2014.
Fonte: Arquivo pessoal de Maria do Carmo Rodrigues Costa.

Quanto às séries e às disciplinas ministradas, Maria Barroso Feitosa (2014) relatou que “nem lembro direito, eu tinha uma turma multiseriada, mas dava aula de Português, Matemática e História, era muito difícil porque tinha um monte de série tudo junto”. Abaixo podemos observar uma ficha individual de um aluno da professora Maria Barroso Feitosa em 1995, onde constavam as disciplinas que o mesmo estudava.

Prefeitura Municipal de Picos
Secretaria de Educação Municipal
Município: Picos
Unidade Escolar: Isolada Local: Prenca

Ficha Individual do Aluno

Aluno(a) Vanda Nêves Holanda Série 3ª
Nascimento 23 10 1979 Local Prenca Estado Piauí
FILIAÇÃO: Pai Justeniano Neves Sobrinho
Mãe Erudina Holanda Neves

ANO: 1995

		D I S C I P L I N A S						
		Com. Exp.	Ciências	Matemática	Est. Sociais		Total Faltas	
M E S E S	Março	5,0	4,0	5,0	5,0		4,5	
	Abril	4,0	4,0	5,0	6,0		4,5	
	Maio	5,0	4,0	4,0	6,0		4,0	
	Junho	5,0	5,0	5,0	6,0		5,0	
	Julho	-	-	-	-		=	
	Agosto	7,0	7,0	5,0	4,0		5,0	
	Setembro	4,0	4,0	4,0	5,0		4,0	
	Outubro	5,0	5,0	4,0	5,0		4,0	
	Novembro	5,0	5,0	4,0	5,0		4,5	
	Dezembro							
	Média Final							4,5

OBS: Tendo em vista os resultados obtidos no decorrer do ano letivo o aluno foi repro-
vado

Maria Barroso Feitosa
Professora

Diretor

Alves
Coordenadora do D.E.M.

Coelho
Diretora do D.E.M.
Rosângela Alepcar Coelho
Diretora da S.M.E.

Foto 7: Ficha individual de notas do aluno
Fonte: Acervo pessoal de Maria Barroso Feitosa.

Para Alves (2011) os alunos desta época aprendiam apenas a habilidade da leitura e escrita e as noções básicas que envolviam a matemática, assim muitas vezes desistiam de continuar frequentando a escola, a essas dificuldades uniam-se a falta de estrutura, pois como vimos estabeleciam-se na casa dos professores, assim tanto era difícil para o professor ensinar, quanto para o aluno aprender.

A contribuição que essas *escolas leigas* davam para a comunidade, segundo a professora Maria Barroso Feitosa é que elas apresentavam-se como uma solução para a educação no *interior*, era a única forma das crianças estudarem e aprenderem algo, já que seus pais não tinham condição de colocarem-nos para estudar na cidade. Desse modo os pais davam aos professores, conforme Maria Barroso Feitosa, uma enorme responsabilidade. Além

de educá-los, os pais queriam que o professor se responsabilizasse pelos alunos no sentido de não lhes acontecerem nada, quando andavam pelas estradas e de não brigarem com os colegas.

A professora Maria Barroso Feitosa ressalta que não foi fácil lecionar durante este período (1980-1996), visto que faltava apoio do governo, a mesma repete a concepção dos demais professores que atuaram na microrregião de Picos no mesmo período histórico, onde fica evidente a presença dos mais diversos problemas, entre eles Maria cita, ainda, a falta de interesse de muitos em estudar, visto que preferiam as atividades ligadas à agricultura e à pecuária, o que levava a reprovação de um grande número de alunos, como exemplo Maria Barroso Feitosa nos forneceu uma Declaração, que valia como um certificado de que o aluno foi aprovado ou reprovado.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ
 - ORGÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -

Município: Picos Local: Juá

Unidade Escolar: _____

FICHA INDIVIDUAL DO ALUNO

Aluno (a): ELZIRA DA SILVA Série: 7ª

Nascimento: _____ Local: Juá Estado: Piauí

FILIAÇÃO: Pai JOSE JOAO DA SILVA Mãe TEREZA IZABEL DA SILVA

ANO: 1982

M E S E S	D I S C I P L I N A S				Média Mensal	Total Faltas
	Com Exp.	Ciências	Matemática	Est. Social		
Março	03	06	07	08		
Abril	04	07	06	08		
Mai	04	03	05	07		
Junho	03	05	06	07		
Julho						
Agosto	04	03	05	06		
Setembro	03	05	07	04		
Outubro	04	05	06	07		
Novembro						
Dezembro						
MÉDIA FINAL						

OBS: Tendo em vista os resultados obtidos no decorrer do ano letivo o aluno foi R

Antonia Sebastiana da Silva F
 PROFESSORA

DIRETOR _____

COORDENADORA DO D. E. M. _____

DIRETORA DO D. E. M. _____

Foto 08: Certificado do Aluno, assinado pela professora Antonia Sebastiana da Silva F (também professora Leiga na localidade Juá, no ano de 1982)

Fonte: Acervo particular de Maria Feitosa Barroso

Os casos de reprovação eram muitos, visto que os alunos não se interessavam muitas vezes em estudar, os motivos eram diversos e arrastavam-se com o tempo: a distância de suas casas para a casa-escola do professor, a falta de estrutura para ministrar aulas e a falta de material didático, bem como o seu envolvimento com atividades ligadas a agricultura e a pecuária os distanciavam da escola e/ou faziam que seu rendimento fosse mínimo.

Em se tratando da Educação no período de nosso recorte temporal (1980-1996) não podemos deixar de mencionar que no ano de 1988, foi proclamada a Constituição Brasileira, Carta Magna que com algumas mudanças perdura e rege a vida dos brasileiros até os dias atuais. Era o ápice da busca de se superar a sombra da Ditadura Civil-Militar imposta desde 1964 e que chegaria ao fim em 1985.

Segundo Ghiraldelli Jr (2009, p. 169) na Constituição de 1988 a Educação foi contemplada em vários tópicos da Carta e não somente naquele que lhe era especialmente destinado, conforme o referido autor:

Assim, no título sobre direitos e garantias fundamentais, a Educação apareceu como um direito social, junto da saúde, do trabalho, do lazer, da segurança, da previdência social, da proteção à maternidade e à infância, da assistência aos desamparados (artigo 6º). Também no capítulo sobre a família, a criança, o adolescente e o idoso, a Educação foi incluída. A Constituição determinou ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à Educação como uma prioridade em relação a outros direitos. No lugar próprio da Educação na Constituição, ela ficou ali mencionada como algo que deveria visar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. Notou-se, também, o que foi considerado por analistas como de “arrojada inovação em termos jurídicos”: “O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo” (art. 208, VII, §2º). Para efetivar este direito, a Constituição criou o instrumento do mandato de injunção (art. 5º, LXXI), a ser concedido sempre que “a falta de norma reguladora tome inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”. Com isso, prefeitos e governadores poderiam ser responsabilizadas pela inexistência do ensino obrigatório, sofrendo as sanções jurídicas.

Sendo possível constatar na fala de Ghiraldelli Jr (2009) que a educação foi amplamente abordada pela Constituição de 1988, resta-nos perceber que a mesma não forneceu subsídios para que a educação no Piauí fosse valorizada como a mesma impôs, visto que o ensino leigo e sem grandes e eficientes incentivos do governo prevaleceu em muitas localidades do Estado. O que não se constituía em uma exceção, tendo em vista que, conforme discutido no decorrer de nosso estudo, esta prática se fez presente em outras regiões, a exemplo do Maranhão quando do estudo do professor Santos (2007) sobre a cidade de Timon. Dessa forma, podemos perceber que a Constituição de 1988 a princípio figurou mais no papel do que na prática, o ensino no Piauí não se adequou propriamente a mesma.

Ghiraldelli Jr (2009) corrobora, ainda, que a Nova Constituição favoreceu velhos hábitos, como o da possibilidade das verbas públicas serem desviadas para o ensino privado, e isso desgostou aqueles que pediam por maior proteção ao ensino público, gratuito e laico por parte do Estado e, assim, conforme suas limitações a Constituição não podia legislar no

campo mais detalhado da Educação e, portanto, foi determinado que se elaborasse a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Sendo aprovada em 1996 a LDBN determinou entre, outras coisas o que deveria ser ou não ensinado nas escolas e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento e de Valorização do Magistério e uma determinação bastante polêmica que determinou que para ser professor no Brasil seria necessário possuir formação superior e com essa determinação o fim das Escolas de Professores leigos, como as de Juá e Prença e tantas outras que por este Brasil existiam, visto que a realidade vivenciada pelo Piauí não era exclusividade sua e estes problemas com educação, e não somente com ela, faziam sentir-se por todo o território nacional. Então vieram os professores com formação superior e concursados e nossos sujeitos históricos, o Senhor Francisco Vitor dos Santos, a Senhora Maria Francisca dos Santos e a Senhora Maria Barroso Feitosa, deixaram o magistério e retornaram para suas atividades na roça ou seguiram novos caminhos.

Assim, estes sujeitos históricos que contribuíram na construção deste estudo, deram sua contribuição também para a educação de muitas crianças. Portanto, os *professores leigos* de Juá e Prença conseguiram êxito no campo da educação, são vencedores, pois batalharam pela educação quando todas as condições eram adversas. Terminamos nossa tarefa, sentindo-nos realizados por trazer à luz a história de vida dessas pessoas que participaram da história da educação e contribuíram para a memória e história da mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo abordou a educação na microrregião de Picos, Estado do Piauí, no período correspondente aos anos de 1980 a 1996, procurando mostrar que neste período o acesso desta população à educação era restrito, visto que encontravam-se afastadas do centro urbano e, assim, muitas vezes devido a distância e as dificuldades financeiras encontradas, a instalação, bem como a manutenção de unidades escolares tornavam-se inviáveis para o governo que não faziam grandes esforços em relação ao ensino destas localidades. Dessa forma, nesses lugares a alternativa encontrada para a difusão da instrução primária foi à implantação das escolas isoladas, estas escolas possuíam educadores que muitas vezes não possuíam nenhuma formação, como foi possível observar em nosso estudo, a maioria destes professores só fizeram as séries iniciais.

A inexistência de estabelecimentos escolares fez com que essas escolas funcionassem nas próprias residências dos professores, sem estrutura adequada, sem material escolar, sem apoio do governo. Estes professores ensinaram o pouco que sabiam aos seus alunos, não só pelo simbólico salário que recebiam, mas pelo ato de promover educação onde não havia outra saída que não o seu trabalho e suas singelas aulas em sua casa-escola.

Desse modo, procuramos com nosso estudo descrever e caracterizar o percurso histórico que orientou o ensino Primário Rural. Usando a história e memória e algumas fontes documentais traçamos as práticas de ensino nas escolas leigas de Juá e Prença identificando a contribuição das mesmas para a educação das crianças dessas localidades.

Após a implementação das Escolas Regulares com professores qualificados, ou seja, com um curso superior aptos a exercer o magistério, os alunos mais adiantados poderiam optar por continuar os estudos de onde haviam parado ou retornar para a alfabetização e os professores leigos deixaram de exercer o magistério, sendo que em sua maioria voltaram-se completamente para o trabalho na roça, atividade que sempre fez parte de suas vidas.

Assim, esperamos ter contribuído para elucidar questões acerca da educação no Piauí nos anos de 1980 a 1996, promovendo um maior entendimento acerca das escolas isoladas e dos professores leigos, e deixando aqui o nosso forte desejo de que outros trabalhos levantando essa temática surjam e que este estudo aqui realizado possa colaborar para futuras pesquisas acerca das escolas leigas e seus sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Samairkon Silva de Oliveira. **Docência (re) inventada: história e memória das professoras leigas na cidade de Picos no período de 1950 a 1980**. 2011. 57f. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal do Piauí, Picos, 2011.

BURKE, Peter. **Varietade de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

COSTA FILHO, Alcebíades. **A Escola do Sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889**, Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e Sociedade no Piauí Republicano**. Teresina, 1996.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo, Cortez, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. Ed. Capinas, São Paulo, UNICAMP, 2003.

MACEDO, Marly; FERRO, Maria do Amparo Borges. Memórias de Professoras Primárias Teresinenses e Suas Histórias, 1960-1970. In: **História da Educação; novos olhares, velhas questões**. FERRO, *et al.* (Org), Teresina, EDUFPI, 2009.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski. **HISTÓRIA ORAL COMO FONTE: problemas e métodos**. *Historia*, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Carla%20e%20Edson/Downloads/2395-6480-1-PB.pdf>. Acesso em 17 de julho de 2014.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares**. IN: Revista do Programa de Estudos e Pós-Graduação e do Departamento de História, São Paulo, nº 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Vivianne Souza de. *et al.* **O “Entusiasmo pela Educação” na Primeira República: Uma Perspectiva de Progresso Político-Social no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema2/0212.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2014.

PERES, Tirsaregazzini. **Educação Brasileira no Império**. 2006. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/105/3/01d06t03.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2014.

REIS, Amanda de Cássia Campos. **Visão Panorâmica da História da Educação no Piauí: do Período Colonial ao Período Imperial**. 2010. Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.10/GT_10_11_2010.pdf. Acesso em: 16 de julho de 2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História e Educação no Brasil**. 35. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. **História, Memória e Identidade na cidade de Timon na década de 1980**. 2007. 111f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Teresina: UFPI, 2007.

SILVA, Ligiane Aparecida da; LIMA, Rosilene de. **Jacques Le Goff: Estudo de Conceitos em História da Educação**. 2009. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3122_1893.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2014.

SILVA, Tonny César Barbosa da. **A Cidade de Dom Expedito Lopes: desenvolvimento urbano e social (1964 – 1980)**. 2012.84f. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Piauí, Picos, 2012.

VIEIRA, Maria Alveni Barros. **Educação e Sociedade Picoense: 1850 a 1930**. Teresina, EDUFPI, 2005.

ZAPPAROLI, Irene Domenes. **Entusiasmo Pela Educação e o Otimismo Pedagógico**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0452.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2014.

ZICHIA, Andrea de Carvalho. **O direito à educação no Período Imperial: um estudo de suas origens no Brasil**. 2008. 128f. Dissertação (Mestrado Pós Graduação em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FONTES ORAIS

FEITOSA, Maria Barroso. **Entrevista** concedida a pesquisadora Maria Do Carmo Rodrigues Costa. Aroeiras do Itaim, Julho de 2014.

SANTOS, Maria Francisca dos. **Entrevista** concedida a pesquisadora Maria Do Carmo Rodrigues Costa. Aroeiras do Itaim, Julho de 2014.

SILVA, Francisco Victor da. **Entrevista** concedida a pesquisadora Maria Do Carmo Rodrigues Costa. Aroeiras do Itaim, Julho de 2014.

ANEXOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PICOS
 ADM. DR. ABEL DE BARROS ARAÚJO
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL
 MATRÍCULA ANO: 1992.
 NOME DA ESCOLA: Escola do
 NOME DO PROFESSOR: Maria Barroso Feitosa LOCALIDADE: Preença

N.º DE ORDEM	NOME DO ALUNO	DATA DE MASCINEM TO	IDAD E	N.º DE M TRÍCULA	TI		NOME DOS PAIS	TEM REGISTRO DE MASCINEM TO	
					PO	RI		SIM	NÃO
01	Antônio Barros da Silva	15.09.79	13		M	20	Francisco Litor da Silva	Sim	
02	Maria da Feitosa Holanda	24.08.81	9		M	10	Maria das Figueiras da Silva Dimas Holanda Macedo		Não
03	Margarita Feitosa Holanda	20.08.89	9		M	10	Ana Feitosa Macedo		Não
04	Francisca Barroso Feitosa	05.10.76	15		M	20	Manoel Feitosa gonalves	Sim	
05	Francisco dos Reis gonalves	24.11.79	19		R		Maria Barroso gonalves	Sim	
06	Francisco Holanda Feitosa	05.11.79	13		R		José Feitosa gonalves	Sim	
07	Raimundo Feitosa Holanda	07.01.83	9		F			Sim	
08	Yocão Holanda Feitosa	07.05.81	10		F		José Holanda gonalves	Sim	

Ficha de Matricula da Escola Isolada de Preença

Acervo da Professora: Maria Barroso Feitosa

D e c l a r a ç ã o

Secretaria de Educação Municipal

Escola Isolado

Endereço Prença

Ano: 1994

Certificamos que o (a) aluno (a) Dennis de Moura Moura
 Nascido a 11 de 03 de 87 filho de Francisco Borges
Macião e de Maria Elisa de Moura Maciã foi aprovada
 na classe de alfabetização com a média 75. Picos. 29 de março de 1995

Maria Barroso Feitosa
Professor (a)

Diretor (a)

Jovidecy Alencar Luz
Coordenadora (a)
Jovidecy Alencar Luz
Coordenadora da . . . M.

Declaração Escolar

Acervo Pessoal da Professora Maria Barroso Feitosa



Palmatória

Fonte: Domínio Público

QUESTIONÁRIO

1º quantos anos a senhora (o) lecionou?

2º Qual a sua escolaridade?

3º De que forma alfabetizou-se?

4º Para quais séries lecionou?

5º Por que escolheu exercer o magistério?

6º Como chegou ao magistério?

7º Em que lugar eram ministradas as aulas?

8º Havia merenda escolar? O que era e quem servia?

9º Após 1996 o que passou a fazer?

10º Quais as disciplinas ensinadas?

11º Quais contribuições, a senhora (o) acredita que essas escolas deram para a comunidade?

12º Quais os maiores problemas enfrentados pelos professores e alunos?

13º Como era o relacionamento professor- aluno?

Nome ou iniciais do entrevistado

ENTREVISTA NA ÍNTEGRA

Francisco Victor da silva—62 anos---Júia

01—Ensinei de 1984 até 95, nem lembro direito.

02--- Só estudei um pouquinho, até segunda série.

03—Comecei na casa de Mundico Pedim na Preença, depois Dorinha (Maria das dores fortaleza) deu umas aulinhas pra gente e o finado Valdim também deu aula, mas foi pouquinho, mas naquele tempo já era muita coisa(referia-se a década de 60).

04—Nem sei sei cuma dava aula (risos e um breve silêncio), eu num sabia quase nada, mas ensinava, alfabetização, a primeira e segunda série.

05—Nem foi bem uma escolha, minha cunhada Eniça (Eunice) dava aula e ai ela foi pra são Paulo e pediu pra eu ficar no lugar dela na escola até ela voltar, só que ela num voltou nunca mais, mora lá até hoje.

06—Ai como eu disse essa escola era da minha cunhada e como ela num voltou mais disse que era pra eu ficar no lugar dela, ai continuou a escola no nome dela só que eu era quem dava aula, e os outros recebiam com aumento e meu dinheiro sempre do mesmo tanto, ai eu fui saber porque o meu não aumentava s eu ensinava do mesmo jeito dos outros, ai disseram lá na secretaria de educação que eu tinha que mudar a escola pra meu nome e assim eu fiz.

07— Eu num lembra mais não, a gente dava aula era em casa mesmo, nesse tempo ainda não tinha colégio e o jeito era ceder a casa da gente mesmo, chamava escola isolada.

08—Na merenda vinha arroz, carne jabá, bulacha, tinha leite também, só num tinha merendeira, a gente mesmo era quem fazia, ainda bem que a tinha a muié pra fazer (risos), a gente fazia e dava aos alunos, era pouquinha e as vez nem vinha, mas era mió que nada.

09—Quando eu dava aula, eu dava aula e trabalhava na roça, ai de 96 pra cá veio os concursado e os contratado foram mandado, saiu tudinho ai fiquemo trabalhando só na roça mesmo.

10—Eu ensinava só as mais simples mesmo, postuguês (português) que era as sílabas, o alfabeto e na sexta tinha aula de agrumento (argumento) eu botava eles pra soletrar as palavras e quem errasse levava um bolinho na mão com a palmatória. e tinha aula de

matemática também eu ensinava a tabuada, ai tinha dia que eu perguntava a tabuada e quem não soubesse levava uns bolinho também.

11—Foi bom, porque a gente aprendia assinar o nome, alguns aprendia a ler um pouquinho ai já foi adiantando e era o que a gente tinha mesmo num era.

12-Falta de recurso pra escola, era uma mincharia o que a gente ganhava, nem escola mesmo num tinha, quando vinheram construir a escola ai já foi professor formado que veio ensinar.

13—Naquele tempo os alunos respeitava os professor, é diferente de hoje, até que tinha u mais danado que o outro, mas era só pra cassar conversa com eles mesmo, com a gente eles respeitava e quando tava danado a gente botava de castigo em cima e uns carocinho de milho ai eles obedecia, vai fazer isso hoje pra ver se o professor num apanha.(risos) ainda hoje reside na localidade juá, que no período estudado pertencia a picos, mas passou a município de aroeiras do Itaim.

Maria Francisca dos Santos — 61 anos - Juá

01—Minha fia ainda dei aulas nove anos tu acredita, de 1977 até 1986, na época que comecei o prefeito era Severo Eulálio e depois foi Abel no tempo que parei já era Abel.

02—03 (essa resposta reponde 2 e3 questão)

Estudei até a terceira série e comecei a quarta, mas não terminei, mas os estudos daquele tempo era diferente dos de hoje, era mais fraquinho, estudei na casa do finado Quinco de sinhô com o professor Antonio Holanda, mas nós comecemos a aprender a ler foi com papai, ele ensinava a nós, ele ia pra rua (referindo-se a Picos), e como era pobre, não tinha dinheiro, comprava só um lápis pra nós tudim aqui de casa ai quando ele chegava da roça ia ensinar nós, ai uma escrevia primeiro, depois a outra, porque no tempo era um lápis pra 3 escrever.

4—Só dei aula da alfabetização até a segunda série.

5—(risos) por que tinha necessidade e não tinha nada pra fazer além do trabalho pesado na roça, o dinheiro era pouquinho mas servia, as vezes só dava pra pagar as viagens pra ir para os planejamentos que a gente i fazer na rua.

6—Foi Raimundo Moura (candidato a vereador na época) que veio aqui me perguntar se eu queria dar ala aqui no Juá, eu quis é claro ai fui na secretaria de educação e deu certo.

07—Era aqui em casa mesmo, nesse tempo nem colégio aqui num tinha.

08—No tempo que eu ensinei num tinha nem uma borracha e um lápis dado por prefeito imagina merenda (risos), não tinha nada, quando eu queria que os meninos estudasse mais, se interessasse eu comprava um quilo de bombom e dizia que quem prestasse atenção na aula eu ia dar bombom, ai era uma festa.

09—Fui pra são Paulo, passei um ano lá, trabalhei numa firma, trabalhei na limpeza ai depois voltei e fiquei trabalhando só na roça mesmo,

10—Só as coisas mais fácil mesmo, português, que era as sílabas o alfabeto, tinha as cartilhas, e matemática que eu ensinava a tabuada.

11—Acho que teve uma certa importância, não tinha aulas bons como hoje, mas as pessoas que queriam mesmo aprendiam um pouquinho, pelo menos assinar o nome já servia.

12— Eita tinha muitos (risos), vai ser difícil dizer aqui, pra começar a gente tinha que dar aula em casa, sem nada, nem um colégio não tinha, os meninos sentava era no chão porque num tinha cadeira pra todo mundo, ai o prefeito num dava nada e os pais dos meninos era tudo pobre, não tinha condição de comprar, ai era muito difícil dar aulas assim, não tinha merenda, num tinha nada.

13—Tinha deles que me respeitava, mas tinha deles que ave Maria, era danado de mais, ai eu gostava de mais e gostava mesmo era das aulas da sexta-feira, porque eu dava aula de agrumento (argumento), ai era muito animado, ai eu botava eles pra soletrar, ai quem errava levava bolo. até um dia desses eu tinha a palmatória, só que eu queimei(risos)

Maria Barroso Feitosa—48 anos—Prença—Aroeiras do Itaim

Atualmente mora em Picos e trabalha como zeladora no colégio Helpídio Monteiro Gonçalves no bairro Passagem das Pedras.

01— Ensinei 13 anos, de 1983 até 1996 que em 97 entrou os professores formados.

02—Estudei só até a quarta série mesmo, naquele tempo era difícil.

03—Estudei na localidade saco das cabaças e eu morava lá, estudei no colégio de lá, era único lugar da redondeza que tinha um colégio, guardei até um boletim da época que estudei, guardei de lembrança, ah o nome do colégio é Paulo Rodrigues e ele existe até hoje, eu só tive um professor que foi o professor Antonio Rodrigues de Holanda, que já faleceu. Ele não era formado, sabia um pouco, mais é quem mais sabia.

04—Ensinei para alfabetização, primeira, segunda e terceira, mas era diferente de hoje, o estudo da gente era pouco, mas a gente ensinava como podia.

05—Tinha necessidade de trabalhar, as coisas naquele tempo eram mais difícil no interior e eu gostava de ensinar.

06—Comecei a dar aula através de indicação de político, era um político conhecido de papai, nesse tempo tudo era através de político.

07—Eu dava aula em casa mesmo, porque quase não tinha colégio, só existia o colégio do saco das cabaças o que eu estudei, e eu ensinava era na Prença, então era o jeito dar aula em casa mesmo, lembro que eu usava uma mesinha de madeira bem pequena que era a mesa do uso lá de casa, usava também umas cadeiras de couro e um banco de madeira, eu apregava o quando na parede e escrevia com giz, o giz vinha da secretaria de educação e tinha que regrar porque vinha pouquinho.

08—Vinha umas merendinha, era pouquinho e as vezes demorava a vim, mais tinha, era arroz, feijão macarrão, tinha aquele peixe que a gente chama bacalhau, biscoito, era essas coisinhas simples mesmo. e eu mesma era quem fazia a merenda, deixava os meninos no recreio e ai cuidar da merenda deles.

09—depois desse tempo a gente que não era formada, que tinha pouco estudo, fiquemo só cuidando da casa mesmo e também trabalhando na roça. só que quando eu fui afastada botei na justiça e esperei mais 13 anos pra ganhar o processo, ai desde 2010 eu tou trabalhando

novamente, só que agora eu trabalho como zeladora, meu estudos não dá mais pra dar aula não (risos).

10—nem lembro direito, eu tinha uma turma multiseriada, mas dava aula de português, matemática e história, era muito difícil porque tinha um monte de série tudo junto.

11—melhorou um pouco, porque essa era a única solução para o povo do interior (interior-zona rural) estudar e aprender alguma coisinha, porque os pais num tinha condição de botar os filhos pra estudar na rua, ai o jeito era quem sabia um pouquinho ensinar.

12— Vixe! era muitos, desde a falta de escola primeiro lugar, ai faltava material, a merenda as vezes vinha as vezes não vinha, nem todo mundo tinha interesse de estudar também, era muito difícil.

13— As vezes era difícil, porque os meninos gostava de brigar e alguns pais queria que a gente fosse responsável pelos meninos até quando eles fosse nas estradas, ai a gente não podia dar jeito, mas eles me respeitava e eu gostava deles.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA
BIBLIOTECA “JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, MARIA DO CARMO RODRIGUES COSTA autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação *OS PROFESSORES LEIGOS E SUAS HISTÓRIAS*. uma abordagem sobre a docência na microrregião de Picos no período de 1980 a 1996, de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 07 de Agosto de 2015.

Maria do Carmo Rodrigues Costa
Assinatura

Maria do Carmo Rodrigues Costa
Assinatura